

plenário

Órgão Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Ano IV - agosto/setembro 2008 - 12ª edição

Energias alternativas > 28

As novas fontes do biodiesel





Sílvia Goes
 Editora Geral da Plenário
 silviagoes@al.ce.gov.br

Ao leitor

COMO FALAR COM A
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, 2807
 Bairro: Dionísio Torres
 CEP: 60170.900 - Fortaleza – Ceará

TELEFONE
 (0XX85) 3277.2500
 (0XX85) 3277.2727

FAX
 (0XX85) 3277.2753

EMAIL
 epovo@al.ce.gov.br
 revistaplenario@al.ce.gov.br

SITE
<http://www.al.ce.gov.br>

Olá, amigo leitor. Encerramos mais um semestre!

Nesta edição, o município de Aracati abre a série de matérias que a Plenário realizará, levando você a conhecer a riqueza do patrimônio histórico do Ceará. Embarque também na memória das viagens de trem, numa matéria que segue os trilhos dessa história e questiona por que perdemos o “bonde”.

Trazemos também os dados que apontam as mais importantes realizações da Assembléia Legislativa neste 1º semestre, conforme balanço apresentado pelo presidente Domingos Filho às vésperas do recesso parlamentar de 15 dias – período em que a AL não parou as suas atividades. Foram promovidos 149 sessões plenárias e 86 eventos em plenário, além dos 549 Projetos de Lei, de Resoluções e Mensagens apresentados pelos parlamentares.

Ainda nesta edição, você ficará sabendo que o status da mamona, como redentora da agricultura familiar, tão propagada pelo governo federal, está ameaçado pelas normas da Agência Nacional do Petróleo. Em seu lugar, entram outras oleaginosas, como o girassol e a soja.

A União faz, mais uma vez, a sua mea culpa e indeniza as vítimas da ditadura militar. A polêmica hoje gira em torno da discrepância entre os valores pagos. Saiba quem são os atores desta controversa Lei de Indenizações.

Após as olimpíadas, nada mais interessante que conhecer os atletas que começam a desabrochar em terras alencarianas. Quem sabe, na próxima edição dos jogos olímpicos não veremos esses esportistas na disputa por uma medalha?

Antes da saída do ministro da Cultura, Gilberto Gil, a nossa matéria sobre como anda a cultura no Ceará já estava pronta. Confira os números que apontam os bons ventos dos investimentos desse setor no nosso estado, que conta com apoio da Assembléia Legislativa.

Há 70 anos, morria o controverso Lampião e com ele o cangaço que, ao longo de décadas, povoou o imaginário popular, num misto de terror e admiração. Há quem compare este movimento com as atividades promovidas hoje por grupos de traficantes, como o PCC. Conheça a opinião de especialistas sobre esse assunto.

Boa Leitura!



EXPEDIENTE

REVISTA PLENÁRIO
 Órgão Oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará nº13, edição julho/agosto de 2008

MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Domingos Filho

1º VICE-PRESIDENTE

Gony Arruda

2º VICE-PRESIDENTE

Francisco Caminha

1º SECRETÁRIO

Zezinho Albuquerque

2º SECRETÁRIO

Fernando Hugo

3º SECRETÁRIO

Hermínio Resende

4º SECRETÁRIO

Osmar Baquit

EDITORA GERAL

Sílvia Góes

SUBEDITORES

Abílio Gurgel

Rozanne Quezado

REPORTAGEM

Abílio Gurgel

Camilo Veras

Narla Lopes

Pablo Di Paula

Rozanne Quezado

Uyara B. Sena

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Alessandro Muratore,

Alice Penaforte

DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS

Vladimir Moreira

FOTOGRAFIA

Dário Gabriel, Júnior Pio, Paulo

Rocha, Rondineli Castelo

e site sxc.hu

REVISORA

Sílvia Regina

ESTAGIÁRIOS

Didio Lopes e Jackelyne Collins

IMPRESSÃO

Pouchain Ramos

Tiragem: 5 mil exemplares

plenário



12 | CSS: Nova Sigla, Mesmo Imposto

- 8 > Preservação do patrimônio histórico
- 22 > Atletas Cearenses
- 28 > Mamona: No olho do furacão
- 36 > Cultura ganha espaço no Ceará
- 40 > Viagem sobre os trilhos
- 44 > 70 anos do Cangaço
- 46 > Exposição do pintor francês Claude Calaci
- 48 > Perfil Helder do Vale Leitão
- 50 > Crônica > Tempo Fora de Tempo

16 | Anos de Chumbo: Reparação dos Danos

04 | Domingos Filho: Projetos da AL





>> Domingos Filho (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

Domingos Filho anuncia Projetos Inovadores para a AI

“Foram realizadas 149 sessões plenárias, 86 eventos em plenário e foram apresentados aqui, nada mais nada menos que 549 Projetos de Lei, de Resoluções e Mensagens”

Domingos Filho (PMDB), presidente da AL

As atividades legislativas do primeiro semestre deste ano encerraram com um balanço positivo. O presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB), conversou com a Revista Plenário e adiantou as novidades do segundo semestre.

A transferência das contas dos servidores da Assembleia Legislativa foi uma novidade anunciada pelo presidente da Casa. “O Banco do Brasil substituirá o Bradesco, que foi procurado pela Mesa Diretora a fim de apoiar um conjunto de infra-estrutura reivindicado pelos servidores e deputados e que virão atender as nossas necessidades”, afirma.

Segundo ele, “o Bradesco não foi sensível a esta demanda, embora o tenha sido com relação aos poderes Executivo e Judiciário”. Domingos Filho explica a mudança: “O Banco do Bra-

sil é um banco público e que tem 200 anos, daí nos procurou, ofereceu as condições para que esses investimentos necessários fossem feitos e, portanto, combinado com a Mesa Diretora, com a Associação dos Servidores, a Assembleia entendeu por bem adotar essa medida”, enfatiza.

Em sua avaliação, realizada na última sessão plenária do dia 16 de julho, o deputado expôs a produção parlamentar recorde. “Foram realizadas 149 sessões plenárias, 86 eventos em plenário e apresentados aqui, nada mais nada menos que 549 Projetos de Lei, de Resoluções e Mensagens”, ressaltou. Ele atribui a grande produção legislativa ao trabalho articulado entre as instituições, os parlamentares e a contribuição da sociedade civil – o que tende a melhorar a cada dia.



Atualização constitucional

Para este segundo semestre, entre as votações mais importantes, está a atualização constitucional que foi produzida com a participação, não apenas dos parlamentares e das instituições, mas também da sociedade. “Temos aí como meta a aprovação da atualização constitucional no mês de outubro, simbolizando o que foi feito em 1989”, diz o presidente. Mesmo em período eleitoral, ele acredita que os instrumentos de comunicação internos e externos de acompanhamento dos trabalhos legislativos devem impulsionar a presença dos deputados. “Nós vamos fazer todo o esforço para que as eleições não atrapalhem”, garante.

A Assembléia Legislativa tem passado por mudanças que transformam, substancialmente, a relação do povo com a Casa. O presidente Domingos Filho citou, dentre elas, a reforma dos gabinetes e a construção dos chamados “plenari-

nhos” para a realização de audiências públicas, que irão facilitar ainda mais o acesso da população à AL. Outras ações incluem a oferta de cursos pela Universidade do Parlamento, que no primeiro ano chegou a 793 estudantes; o atendimento à população por meio da Ouvidoria Parlamentar que contabilizou, no primeiro semestre, 434 demandas; e o fortalecimento institucional através dos diversos veículos de comunicação que aproximam a Casa Legislativa das pessoas interessadas em acompanhar a atividade dos parlamentares.

Ofertados pelo projeto Alecemídia, os cursos a distância têm proporcionado a formação de 744 alunos, inclusive de municípios distantes da capital. “Além disso, a Assembléia, através do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP), lançou o Projeto de Construção Com-

partilhada da Cidadania, que permite a integração da Casa com as escolas públicas. Desta forma, estão sendo promovidas visitas dos deputados às escolas e abertas as portas da Assembléia Legislativa aos estudantes para conhecerem as instalações da Casa e os trabalhos aqui realizados”, afirmou.

Segundo ele, também foi muito significativo o trabalho do Instituto Frei Tito de Alencar, com 46 atendimentos específicos na garantia dos Direitos Humanos e o do Instituto Darcy Ribeiro, na linha de Educação e Cultura. “Nossos Institutos são braços da Assembléia”, observou.

Há ainda um conjunto de novos projetos, como o Projeto para o Memorial da Assembléia Legislativa. “Atualmente, temos o Memorial Pontes Neto, mas nós vamos fazer aqui o mais completo espaço para resguardar a história de uma Assembléia Legislativa do país”, antecipa.

FM Assembléia

Quem acompanhou os grandes festivais da Música Popular Brasileira (MPB) poderá matar a saudade ouvindo a FM Assembléia. Todas as quartas-feiras, das 20 às 21 horas – com reprise no sábado, das 17 às 18 horas –, está sendo apresentado o programa “Sons dos Festivais”, que traz de volta as vozes de grandes intérpretes da MPB, que participaram dos festivais de todos os tempos. O programa é apresentado pelo jornalista e compositor Haroldo Holanda e tem a produção da radialista Nazicélia Costa.



>> Luiz Edson presidente da Assalce

Procon AL

Mais de 1500 reclamações foram registradas pelo Procon Assembléia no primeiro semestre de 2008.

Dentre os setores-alvo das denúncias estão telefonia, energia, água e cartões de crédito.

Além de atender os consumidores, representantes do Procon AL participaram de eventos como o IX Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor (Brasilcon) e da reunião do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), ligado ao Ministério da Justiça, em Brasília.

Inesp

O Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp) da AL, através dos núcleos de Mobilização Político-Social, Gestão, Projetos e Pesquisa, promoveu diversas atividades, de janeiro a julho deste ano. Uma das principais ações do órgão foi a assessoria destinada à realização da XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, ocorrida em maio último, em Fortaleza. Os assuntos apresentados e debatidos no evento foram documentados pelo Inesp.

As audiências públicas realizadas pelo Núcleo de Mobilização Político-Social totalizaram 89 nesse período. Ao longo do semestre, o projeto “Construção Compartilhada da Cidadania”, do Núcleo de Projetos do Inesp, levou deputados estaduais às escolas públicas do Estado e promoveu visitas de estudantes à Assembléia Legislativa. O projeto alcançou 2072 alunos de 16 escolas.

Já o Núcleo de Pesquisa, que presta assessoria técnica e científica aos debates políticos, sociais e econômicos da Assembléia, elaborou diversas cartilhas nesse semestre, sobre temas variados, como Reforma Tributária e Caatinga. E finalmente, o Núcleo de Gestão, que engloba os setores de coordenação geral, apoio administrativo e gráfica, foi responsável pela emissão de 936.656 cópias de cartilhas, livros, folders, jornais e livros.

Assalce

A Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Ceará (Assalce) comemora os cinco anos de criação do Projeto Casulo QV – “Viva a Vida na sua Melhor Idade”. Criado com o objetivo de oferecer atividades de lazer, arte, cultura e cidadania para os servidores da Assembléia Legislativa acima de 60 anos (ativos e inativos), o projeto abriga mais de 4 mil participantes.

Dentre as atividades ofertadas, estão: massagens terapêuticas, yoga, dança de salão, oficina de artesanato, passeios por localidades turísticas do Ceará e cursos de Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes.



Preservação do Patrimônio Histórico

Quem acha que turismo no Ceará se resume a sol e praia está enganado. O patrimônio histórico, cultural e arquitetônico está se tornando outro grande atrativo para os visitantes. Através do Programa Monumenta, parceria do Ministério da Cultura com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid), cidades cearenses recuperam prédios antigos e se preparam para receber turistas que querem conhecer parte da nossa história, gravada nas fachadas, nos objetos e nos escritos seculares.

Conforme a superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) no Ceará, Olga Paiva, o Programa visa a recuperação e preservação do patrimônio associadas ao desenvolvimento social. Além da restauração e revitalização de locais históricos, são realizadas ações de educação patrimonial e capacitação para o turismo cultural, como oficinas de restau-

ro e conservação e reprodução de azulejos, além de incentivo à criação de projetos, como pousadas, restaurantes e lojas históricas. O Monumenta financia 80% dos custos. Os outros 20% caberão à Secretaria de Cultura do Estado.

A cidade de Icó, uma das mais antigas do Estado, saiu na frente e já reformou vários prédios centenários, como o Teatro da Ribeira dos Icó, de 1860. Outras três cidades estão à espera de parcerias: Aracati, principal porto cearense no período colonial; Sobral, maior entreposto comercial do norte do estado desde o século 18; e Viçosa do Ceará, que foi desbravada ainda no primeiro século da colonização e sediou uma missão de padres Jesuítas.

A partir desta edição, a Revista Plenário vai mostrar um pouco da história e qual o estado de conservação do patrimônio arquitetônico das cidades mais antigas do Ceará.

ARACATI: A porta do Ceará colonial

Nos primeiros anos do século 17, com a construção do Fortim de São Lourenço, às margens do rio Jaguaribe, Portugal mostrou seu interesse pelas terras da então capitania do Ceará, que vivia sob constante ameaça de franceses e dos próprios índios, que aqui se opunham aos colonizadores.

Do forte surgiu a primeira povoação do Aracati. Porto natural, logo a cidade se tornou entrada de comerciantes portugueses e pernambucanos, interessados, inicialmente, na fabricação da carne seca, processo que permitia a conservação do alimento por mais tempo. Ao longo dos ciclos do boi, do algodão e da carnaúba, Aracati foi o principal centro comercial do estado por vários séculos. A riqueza e o desenvolvimento cultural e político resultaram numa arquitetura deslumbrante, com seus casarões e sobrados de estilo barroco e suas fachadas de azulejo português.

Patrimônio Nacional

Aracati tem um dos maiores acervos arquitetônicos do período colonial

brasileiro e em 2000 foi tombada como patrimônio histórico nacional. A importância histórica e artística de suas ruas e construções pode ser vista apenas em algumas obras centenárias, como a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosado, construída durante o século 18; o Teatro Francisca Clotilde; e o sobrado do Barão de Aracati, uma mansão de três pavimentos com vista para o rio Jaguaribe e telhado com emadeiramento de carnaúba, original do século 19, que vai sediar o Museu Jaguaribano.

Tudo isso está agora prestes a se tornar uma nova riqueza do século 21, para a atração de turistas e dos próprios cearenses. Infelizmente, a maioria destes monumentos está em péssimo estado e a tão esperada restauração do patrimônio histórico anda a passos lentos. “A restauração do sobrado do Barão de Aracati se arrasta há anos e o teatro Francisca Clotilde está prestes a desabar”, afirmou o promotor Alexandre Alcântara, durante debate realizado na Assembléia Legislativa do Ceará, no dia 13 de maio último. O depu-



>> Deputado Dedé Teixeira (PT)

tado Dedé Teixeira (PT) ressaltou a importância da recuperação do patrimônio histórico para o turismo e o crescimento econômico do município.

Infelizmente, Aracati – que foi pioneira do turismo cearense com a “descoberta” da Praia de Canoa Quebrada, nos anos 70 - ainda não pode contar com as suas “reliquias históricas” para atrair mais visitantes, como fazem outras cidades, como Olinda, em Pernambuco, e Ouro Preto, em Minas Gerais.



Ações pontuais

O professor Almir Leal, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), destaca a importância da recuperação do centro histórico do Aracati, mas lamenta a falta de um plano sistemático e que valorize o patrimônio arquitetônico como um todo. “Chega um recurso, fazem um coisa. Mas não continuam. As ações são muito pontuais”, critica o historiador.

Ele lembra a relação conflituosa entre pesquisadores e a prefeitura, que, “por muitos anos, resistiu à proposta de retirada do carnaval da Rua Grande, mesmo com a constatação de que o impacto dos trios elétricos estava causando danos às fachadas de azulejos portugueses. Almir também alerta para a existência de sítios arqueológicos dentro e em torno da cidade, que ainda não foram tombados e correm risco de depredação.

Mesmo com todos os problemas, o encantamento e a preocupação com o patrimônio histórico podem ser vistos nas ruas da cidade, onde moradores lamentam o descaso de várias décadas e contam antigas lendas. A cultura oral, aliás, é outra grande riqueza do Aracati. Em frente a uma das antigas igrejas, o motorista Wimerson Lima conta a lenda da antiga capela construída sobre a carcaça de uma baleia gigante. “A maior do mundo”, ressalta. Depois, como se fosse um guia turístico bem treinado, falou do túmulo do médico inglês Cristóvão Mallet, que morreu na cidade, em 1856, e por não ser católico, foi enterrado fora da Igreja Matriz. “Aprendi essas coisas na escola, mas hoje não ensinam mais”, lamenta Wimerson. O túmulo do inglês ainda está lá, apesar de muitos moradores nem saberem disso, e pode ser visto por qualquer visitante que resolver sair da praia e circular pelas antigas ruas de Aracati.



Influência européia

A secretária de Turismo, Meio Ambiente e Cultura do Aracati, Ianne Sampaio, destacou a implantação do Núcleo Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e a desapropriação do prédio do antigo teatro Francisca Clotilde. Ela informou que o teatro será recuperado pela Prefeitura e, através de convênio com o Ministério da Cultura, o prédio ganhará equipamentos de projeção cinematográfica e voltará a sediar o Cine Moderno. Por enquanto, o teatro permanece em ruínas, mas ainda preserva sua vocação para a cultura. O salão principal do prédio é hoje ocupado pelo artista plástico Hélio Santana, que parece tirar de lá a inspiração para suas pinturas e esculturas, réplicas perfeitas de portões e fachadas dos antigos casarões da Rua Co-

ronel Alexanzito, mais conhecida como Rua Grande.

O arquiteto Ramiro Teles, coordenador do Núcleo Municipal, avalia as intervenções nas áreas tombadas e a recuperação e restauração de prédios. Ele ressalta outras ações, como o início da recuperação do casarão que vai sediar o Museu Jaguaribano, a proibição do trânsito de trios elétricos na Rua Grande e o retorno das marchinhas ao também tradicional carnaval aracatiense.

Ramiro mostra a riqueza do patrimônio histórico aracatiense, nas fachadas e nas escavações arqueológicas. “Nos trechos com mais de 1,20m de profundidade encontramos fragmentos de louça portuguesa, provavelmente, dos séculos 17 e 18”, explica.

De onde vem o “Aracaty”?

Depois do Fortim de São Lourenço, o lugar se chamou São José do Porto dos Barcos, Cruz das Almas e Santa Cruz do Aracati até chegar a Aracati, que em 1745 se tornou vila e, em 1842, cidade.

Aracati, ou Aracaty, como nos primeiros manuscritos, é uma palavra de origem na língua tupi, mas não há consenso entre historiadores e linguistas quanto ao seu significado. Uma das versões antigas traduz o nome como “pedra branca comprida para o alto”. De fato, a tal pedra existe e está próximo da foz do Rio Jaguaribe, no local chamado Passagem das Pedras.

Noutras versões, Aracati aparece como “vento forte”, “vento que cheira”, “vento que vem do mar”, “terra onde nasce o vento” ou “bons ventos”. O tal vento do Aracati também é real e bem conhecido dos habitantes das cidades à margem do Jaguaribe. Pontual, ele chega a Russas, a cerca de 60km do litoral, no meio da tarde e a Jaguaribe, a mais de 200 km, ao entardecer, levando poeira e espantando o calor que tomou conta do dia.



CSS: Nova Sigla, Mesmo Imposto

Com a palavra



“O país vem alcançando superávit no tesouro nacional, nas reservas cambiais, e não há carência de recursos para aplicar seja na saúde ou outros setores. O que parece é que o dinheiro está sendo mal aplicado”.

deputado Édson Silva, (DEM)



“Esse é um imposto desnecessário, porque o Brasil tem aumentado volumosamente sua arrecadação, sendo que o governo só quer mais dinheiro para empregar mais gente”

deputado João Jaime, (PSDB)



“O benefício tem como princípio descontar 0,1% de toda a movimentação bancária no país, com exceção aos trabalhadores assalariados, aposentados e pensionistas. Acredito que haverá fiscalização no repasse dos recursos”

deputado Lula Morais, (PCdoB)

Com uma nova sigla, a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) voltará, em breve, à cena. Agora, rebatizado de CSS (Contribuição Social da Saúde), o imposto, extinto em dezembro do ano passado, passará a ser cobrado do contribuinte de forma permanente. O objetivo, no entanto, permanece praticamente o mesmo: o desdobramento do aporte financeiro em favor das políticas de saúde.

A nova versão da CPMF deverá ser votada pelo Senado Federal após as eleições municipais, depois de ter passado, em votação apertada, pela Câmara dos Deputados (foram 259 votos a favor, 159 contra e duas abstenções)

Se no ano passado, a arrecadação do antigo imposto, que cobrava 0,38% das movimentações bancárias da população, ficou em torno dos R\$ 40 bilhões, a expectativa do novo tributo é obter uma receita anual de R\$ 10 bilhões, através da alíquota de 0,1%. Estes valores complementarão os recursos a serem aplicados, pelo gover-

no federal, na área de saúde, previsto na Emenda Constitucional 29 - que determina que a União invista, anualmente, nesse setor, 10% da arrecadação de impostos. Pelos cálculos dos especialistas, em 2008, o montante investido na saúde deverá ter um aporte de R\$ 20 bilhões.

Fiscalização

Na Assembléia Legislativa do Ceará as opiniões diferem quanto a aprovação da CSS. Enquanto alguns parlamentares se manifestam contra a sua criação e levantam dúvidas quanto ao verdadeiro destino dos recursos arrecadados, outros deputados, argumentando que a saúde precisa de mais recursos, justificam o seu apoio ao novo tributo e apostam no comprometimento do seu uso exclusivo para a área da saúde.

Para o presidente da Comissão de Seguridade Social e Saúde, deputado Antonio Granja (PSB), a saúde pública no Brasil precisa de mais investimentos e a CSS é um recurso extra para este se-

tor. O parlamentar destaca que é a favor do novo tributo, desde que cumpra realmente o seu objetivo de melhorar a saúde do país. “Acho que o governo, a partir do orçamento da União, deve ter um aporte significativo para que a população que precisa do sistema público de saúde não seja humilhada da maneira como vem acontecendo”, explica.

O deputado informa que a situação do setor é preocupante e as pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) chegam a passar, em média, cinco anos na fila esperando por um procedimento cirúrgico. Segundo ele, é preciso criar mecanismos de fiscalização para garantir a eficiência no gasto desses recursos. Ele cita algumas instituições que poderão contribuir junto à sociedade na cobrança e fiscalização do uso destes valores. “Várias entidades, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), têm competência para exercer este papel”, analisa.

Segundo ele, o aparelhamento dos hospitais públicos deverá ser uma das prioridades no uso destes recursos. “Sem esquecer, claro, a importância de se investir de forma maciça na atenção básica de saúde, que é onde residem os principais gargalos dos problemas de saúde deste país”, afirma.

“A CPMF era uma contribuição justa do ponto de vista social, uma vez que, quem pagava era quem tinha melhores condições, do ponto de vista financeiro, como os empresários e aqueles que recebem salários mais elevados”, destaca o deputado Nelson Martins (PT). Ele defende que os recursos advindos deste imposto sempre foram destinados à saúde, sendo que grande parte desses valores era repassada aos hospitais e uma outra era utilizada em benefício de prestação continuada na saúde. “A contribuição beneficiava trabalhadores inválidos e pessoas acima de 60 anos”, ressalta.

De acordo com o parlamentar, a nova

>> Saiba +

Os dois impostos

Criada no mesmo formato da CPMF, a CSS apresenta, no entanto, alguns diferenciais, dentre eles:

- Será permanente, enquanto a antiga contribuição era provisória
- Abriu o leque de isentos: ficarão livres trabalhadores assalariados, os aposentados, os pensionistas da Previdência Social, seguro-desemprego, saques do fundo de garantia e do PIS

contribuição será exclusiva para a saúde. Para ele, não haverá dificuldade de fiscalização do imposto, pois a CSS será descontada automaticamente. Destacando um outro benefício do tributo, ele afirma: “quando existe uma contribuição sobre a movimentação financeira das pessoas e das empresas, ganha-se um mecanismo de combate à sonegação. Por isso, aqueles que têm o hábito de sonegar impostos, se manifestam contra a criação da nova contribuição, da mesma forma que sempre foram contra a CPMF”, argumenta.

Para o deputado Lula Morais (PCdoB) o benefício tem como princípio descontar 0,1% de toda a movimentação bancária no país, com exceção aos trabalhadores assalariados, aposentados e pensionistas. De acordo com ele, haverá fiscalização no repasse dos recursos. Da mesma opinião do deputado Nelson Martins, ele vê no novo tributo uma forma de “pegar todos os sonegadores que não pagam nenhum imposto no país”, ressalta.



Com a palavra



“Não há nenhuma segurança que esse valor (arrecadado pela CSS) será aplicado apenas em saúde e nem se todas as áreas serão contempladas. Saneamento básico, postos de saúde funcionando bem, remédios, moradia, lazer, trabalho e emprego, tudo isso representa saúde. Por isso, tratar a saúde como sendo remédios, médicos e hospitais é um equívoco”.

deputado Heitor Férrer, (PDT)



“É importante se investir (os recursos da CSS) de forma maciça na atenção básica de saúde, que é onde residem os principais gargalos dos problemas de saúde deste país”

deputado Antônio Granja, (PSB)



“Quando existe uma contribuição sobre a movimentação financeira das pessoas e das empresas, ganha-se um mecanismo de combate à sonegação. Por isso, aqueles que têm o hábito de sonegar impostos, se manifestam contra a criação da nova contribuição, da mesma forma que sempre foram contra a CPMF”

deputado Nelson Martins, (PT)

Pela não criação

Já o deputado Heitor Férrer (PDT) ressalta que nem mesmo a CPMF deveria ter sido criada. “O antigo tributo passou por três estágios: no primeiro, é que a contribuição não deveria ter sido criada, mas, uma vez instalada, não deveria ter sido desvirtuada, ou seja, sua criação destinava-se originalmente para a saúde do povo brasileiro e esse objetivo foi desviado, quando parte dos recursos arrecadados passou a ser aplicado em outros setores. E por último, a sua extinção não poderia ter acontecido da forma como foi. Não se pode, de uma hora para outra, retirar recursos destinados a uma área tão carente como é a da saúde”, critica.

De acordo com o parlamentar, com a nova CPMF, há o receio de se repetir os mesmos erros. “Não há nenhuma segu-

rança que esse valor será aplicado apenas em saúde e nem se todas as áreas serão contempladas”, diz, acrescentando que, “saneamento básico, postos de saúde funcionando bem, remédios, moradia, lazer, trabalho e emprego, tudo isso representa saúde. Por isso, tratar a saúde como sendo remédios, médicos e hospitais é um equívoco. Para se ter uma boa qualidade de vida e as pessoas adoecerem menos, é precisa atenção a esses requisitos. A saúde pública precisa ser vista antes do atendimento médico e é com isso que o governo deve se preocupar”, destaca.

“O governo tenta reeditar uma matéria que já está ultrapassada”, enfatiza o deputado João Jaime (PSDB). Segundo ele, em um país em que a carga tributária é muito alta, é inaceitável mais um tri-

buto. “Esse é um imposto desnecessário, porque o Brasil tem aumentado volumosamente sua arrecadação, sendo que o governo só quer mais dinheiro para empregar mais gente”, critica. Ele alega que os recursos provenientes da CPMF, por exemplo, não tiveram a saúde como destino. “Esperamos que esse projeto (criação da CSS) não seja aprovado”, diz.

Já o deputado Edson Silva (DEM) diz ser contra ao recurso, “porque o Brasil está arrecadando mais e a CPMF, que foi extinta, não está fazendo falta”. Ele argumenta que “o país vem alcançando superávit no tesouro nacional, nas reservas cambiais, e que não há carência de recursos para aplicar seja na saúde ou outros setores. O que parece é que o dinheiro está sendo mal aplicado”, rebate.



Anos de Chumbo: Reparação dos Danos



Onze anos depois da promulgação da Lei da Anistia (28 de agosto de 1979), durante o governo do general João Batista Figueiredo, que ‘absolveu’ os cidadãos punidos por atos de exceção desde 1964, ano de edição do AI-1 (Ato Institucional 1), teve início o ‘acerto de contas’ referente à reparação material às vítimas da ditadura, através da Lei de Indenizações, instalada em 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso.

A criação da lei teve boa recepção no país, mesmo entre alguns participantes do governo militar (1964-1985), mas, a forma como ela vem sendo aplicada, no entanto, tem gerado polêmica e indignação para muitos. A crítica recai, principalmente, sobre os critérios que definem os valores destinados àqueles que deram entrada com pedido de reparação material pelos danos sofridos pelas vítimas, ou parentes destas, durante os atos de repressão nos “anos de chumbo” - que iam de demissões, prisões, torturas, exílio e até assassinatos.

Outro ponto questionado diz respeito à inexistência de qualquer citação na lei referente à punição dos responsáveis pelos crimes acima citados, como vem ocorrendo no Chile e na Argentina - também sufocados pelo regime militar no mesmo período. Nestes países, além do pagamento das indenizações, a lei prevê julgamento e punição para os militares responsáveis pela violação dos direitos humanos, das liberdades democráticas e de expressão.

Disparidades

Um exemplo da disparidade dos pagamentos às vítimas e seus parentes da ditadura militar brasileira: os jornalistas Vladimir Herzog e Carlos Heitor Cony. Ambos militaram no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e

foram perseguidos por manter oposição ao regime. Herzog foi preso, espancado e morto em outubro de 1975, em São Paulo, em uma cela do DOI-CODI - seção do exército encarregada de combater subversivos. Cony, que na época escrevia editoriais no extinto jornal Correio da Manhã, foi demitido pelas duras críticas que fazia aos atos da ditadura militar. Sem emprego, o jornalista passou a escrever crônicas contra o regime, o que resultou em três prisões. O talento de escritor e jornalista lhe rendeu um novo emprego: foi contratado por Adolfo Bloch, dono da antiga editora Bloch.

Em 1996, o governo pagou R\$ 100 mil à Clarive, viúva de Vladimir Herzog, como reconhecimento da responsabilidade da União pela morte do jornalista. Esse é o limite estipulado pela Lei de Mortos e Desaparecidos aprovada em 1996. Oito anos depois, Cony recebeu do governo federal R\$ 1,4 milhão, como compensação por ter perdido o emprego e ter estado preso, além de uma pensão mensal de R\$ 19 mil.

Aliás, na lista das indenizações ‘milionárias’, constam outros nomes conhecidos, como o do cartunista Ziraldo Alves Pinto que, pelas mesmas razões do jornalista Heitor Cony, recebeu R\$ 1 milhão e todo mês terá em sua conta bancária o valor de R\$ 4.375,88, pagos pela União.

A Lei da Anistia aprovada por FHC prevê que os anistiados podem receber uma indenização em caráter único, limitada a R\$ 100 mil - destinada aos estudantes e perseguidos políticos sem carteira assinada -, ou uma pensão mensal. No último caso, os beneficiados recebem um valor retroativo há até cinco anos antes da data em que deram entrada ao pedido de anistia. Por isso, alguns anistiados foram contemplados com pensão retroativa superior a R\$ 1 milhão.

Para a professora-doutora em Relações Internacionais, Luciana Silveira Frota, tornam-se injustos os critérios de indenização adotados. “O Estatuto do Anistiado fere a Constituição e gera polêmica ao conceder indenizações maiores a quem tem carteira assinada, violando o princípio da isonomia”, conclui.

Já o deputado estadual Lula Moraes (PCdoB) é a favor dos valores pagos pelas indenizações. “Não existe valor nenhum que pague a vida de uma pessoa, o tempo de pri-

são e as conseqüências da tortura que foram estes maus tratos humanos. Mas, de qualquer forma é uma maneira do estado reconhecer uma responsabilidade que deixou de ser cumprida” conclui.

O presidente da Casa, deputado Domingos Filho (PMDB), também se manifestou favorável. “Eu acho que as indenizações devem ser pagas. Foi um período negro da história do país e só quem pode ter a dimensão do quanto isso foi cruel e prejudicou as famílias, personalidades e histórias de vida é quem passou por isso. Então, é o mínimo que um estado democrático de direito poderia reconhecer”, enfatiza.

Ceará indeniza

O estado do Ceará também decidiu anistiar os seus perseguidos políticos. Ainda no governo Tasso Jereissati, foi criada a Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou, mas a lei só seria instalada em 3 de setembro de 2003, pelo governador Lúcio Alcântara, regulamentada pelo decreto nº 27.242.

Conforme o presidente da Comissão, Mário Albuquerque, “os anistiados recebem um pagamento simbólico que

vai de R\$ 5 mil até R\$ 30 mil reais. Só têm direito a entrar com o pedido aqueles que foram perseguidos dentro da esfera do estado”, afirma.

Entre os anistiados da comissão, está o deputado federal Chico Lopes (PCdoB) – leia entrevista nas páginas 20 e 21. O parlamentar recebeu o valor de R\$ 30 mil reais.

“A comissão conseguiu indenizar várias pessoas e agora continua também no governo do Cid Gomes com muita velocidade, tanto quanto no governo anterior”, explica o deputado. Segundo ele, “o dinheiro tem importância porque também é uma questão financeira. Muita gente ficou desempregada, mas o grande ganho é o político, de saber que aquele punhado de jovens e de pessoas que fizeram opção ideológica pelo socialismo não estavam errados na condução desse ideal”.

Ao ressaltar o processo de implantação das indenizações, ele diz que “houve alguns erros nossos, mas não foram prejudiciais ao andamento do socialismo. Considero importante essa iniciativa e diria que o Ceará partiu na frente de outros estados, até do governo federal, que tem demorado bastante para resolver as questões envolvendo a anistia” conclui.



“Os anistiados recebem um pagamento simbólico que vai de R\$ 5 mil até R\$ 30 mil reais. Só têm direito a entrar com o pedido aqueles que foram perseguidos dentro da esfera do estado”.

>> Mário Albuquerque, presidente da Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou

28 anos da primeira Lei de Anistia

1979

É aprovada pelo congresso a Lei de Anistia. Ela permite que servidores militares e civis punidos pelo regime militar por razões políticas, voltem ao serviço no mesmo posto que ocupavam ou peçam aposentadoria. O pagamento de indenizações é proibido.

1988

A Constituição amplia a anistia, que passa a ser de 18 de outubro de 1946 (fim da ditadura Vargas) até 5 de outubro de 1988. São estendidos os benefícios da anistia a sindicalistas e trabalhadores do setor privado demitidos por greves em setores essenciais. Pela primeira vez são previstas indenizações, sem detalhes.

1991

A nova Lei da Previdência, proposta pelo governo Collor, cria aposentadorias excepcionais que serão pagas pelo INSS aos anistiados. Os benefícios são proporcionais ao tempo em que o anistiado foi afastado do trabalho

1994

O ministro do Trabalho, Walter Borelli, ex-assessor sindical, acelera as declarações de anistia e aposentadoria excepcional de sindicalistas, entre eles Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT. As aposentadorias concedidas pelo governo federal chegam aos milhares

1996

O Congresso aprova lei que reconhece a responsabilidade do Estado por mortos e desaparecidos e concede indenizações de até R\$ 152 mil. São pagas 436 indenizações, inclusive à família do guerrilheiro Carlos Marighela

2002

O Congresso aprova lei que transforma as aposentadorias em indenizações. Por pressão dos sindicatos e associações de anistiados, a lei inclui pagamentos retroativos e isenção do IR para as indenizações. Mais de 15 mil aposentadorias excepcionais são convertidas. O total de atrasados passa dos R\$ 4 bilhões

2006

O Congresso aprova lei para pagar parte do estoque de retroativos dos anistiados. A lei manda pagar o total de atrasados para quem recebe até R\$ 2 mil mensais e oferece parcelamento em até nove anos para os pagamentos mais altos. O governo libera R\$ 1 bilhão para esses pagamentos

2007

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça muda o critério para o pagamento de novas indenizações. Reduz o valor médio de R\$ 8 mil para R\$ 2.800. O TCU manda rever mais de 2.500 anistias pagas a ex-cabos da Aeronáutica e reduz o valor de uma anistia paga a trabalhador do setor privado

O deputado federal Chico Lopes (PCdoB) foi preso e torturado durante a ditadura militar. Recebeu da Comissão Estadual Wanda Sidou o valor de R\$ 30 mil reais, entrou com o pedido de indenização na comissão nacional, mas o seu pedido ainda não foi julgado. À Revista Plenário, Chico Lopes fala sobre o período em que foi preso e sobre os valores das indenizações pagas pela Comissão de Anistia.

REVISTA PLENÁRIO: Além da Comissão Cearense, o senhor também entrou com pedido de indenização na nacional?

CHICO LOPES: Entrei, mas essa eu já estou perdendo as esperanças. Eu entrei desde quando foi criada a comissão, mas está demorando muito. Já fiz incursão, não para mim, mas para companheiros que deixaram viúvas e os que não conseguiram voltar ao mercado de trabalho. Tudo isso tem que ser reparado. Se você diz que foi torturado e tem uma afirmação do governo declarando a tortura, para que tanta burocracia? É uma questão política, nós tivemos participação nessa democracia. Os ex-presos políticos que foram condenados, os que escaparam de ser presos, mas sofreram junto com suas famílias, têm que ser reconhecidos rapidamente e não enfrentar essa burocracia.

RP: O governo federal tem recebido diversas críticas por pagar indenizações milionárias e pela disparidade entre os valores pagos. Qual a sua opinião?

CL: Eu prefiro não entrar nessa questão, porque é uma questão muito mais política, não é econômica e nem financeira. Ela é importante, repito, tem que indenizar monetariamente pelos prejuízos que causaram àqueles que eram empregados, que estavam se formando. O governo tem que reparar o mal cometido com estas pessoas. Este país e as pessoas fizeram a opção por outro tipo de sociedade, muitos deram a vida por isso – vida esta que o dinheiro não vai trazer de volta.

RP: Em sua opinião, qual o motivo principal que culminou com o fim da ditadura militar?

CL: São vários processos. A sociedade entendeu que as propagandas do regime militar não tinham nada de verdade. Todas elas eram fascismo puro. Tanto que se começarmos a dizer que a sociedade organizada não ajudou, vou ressaltar um nome que eu acho muito importante: o sena-

dor Teotônio Vilela, da Arena. Embora fosse conservador, fuzileiro, de partido de direita, ele foi o primeiro político de mandato em nível nacional, como senador, a ir visitar os presos políticos dentro das cadeias. As pessoas de bom senso na política não podem esquecer nomes como o do senador Teotônio Vilela, de Tereza Zerbine e tantos outros que se sacrificaram para que a gente chegasse aonde chegou. Eu quero dizer que isso não é mérito só de um grupo de esquerda, é mérito da sociedade que reconheceu que essa ditadura não poderia mais se manter no país. E ela caiu sem violência. Os ditadores gostariam que houvesse essa violência, para dizer que os comunistas eram sanguinários. Pelo contrário, junto com a sociedade, nós conseguimos uma grande aliança em torno da democracia no Brasil e hoje nós estamos indo cada vez mais longe, já temos ex-operário na presidência da República e nós queremos continuar com isso.

RP: Qual o sentimento que o senhor tem ao lembrar os anos de ditadura militar?

CL: Eu fui preso, torturado. A primeira vez, fiquei uma semana, a segunda, um mês. Foi na época em que muitos já se encontravam fora do país, e a maioria presa. Eu tinha entrado no PCdoB exatamente no período que começava a queda do partido. Em 64, como funcionário municipal, fui indiciado na Comissão Geral de Inquérito e fui perseguido dentro da repartição. Em 78, fui preso duas vezes dentro da repartição. Mas, com tudo isso, o meu sentimento não é de vingança e nem de arrependimento, voltaria a fazer tudo que fiz com mais competência.

RP: O senhor acredita que o Brasil errou ao adotar uma política de 'perdão' pelos atos dos militares, ao mesmo tempo em que anistiava as pessoas atingidas pela ditadura?

CL: Em política não tem a questão do perdão ou não, o que existe é uma correlação de força. Foi o que deu naquele momento para tirar muita gente que estava na cadeia. No parlamento, nós não tínhamos força suficiente, porque o parlamento no Brasil, mesmo atualmente, continua sendo conservador. Nós temos que ver a política e a vida em movimento, em transformação. Vários companheiros que estavam lá nos cascos da ditadura, estão hoje no parlamento. Hoje, nós estamos no executivo, no judiciário, o que deu uma nova correlação de força.



Indenizações

BALANÇO ATUAL DOS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL

173 pessoas já foram beneficiadas

25 aguardam pagamento

21 aguardam resposta da comissão

AS DEZ MAIORES INDENIZAÇÕES DO PAÍS, EM VALORES MENSAIS, E OS SEUS BENEFICIÁRIOS:

R\$ 24.084,13
Paulo de Mello Bastos (ex- militar)

R\$ 22.988,88
José Carlos Romeu (ex-conferente)

R\$ 22.988,88
Jacyr de Assis Andreta (ex-sindicalista)

R\$ 21.192,73
Admar Vieira

R\$ 21.104,67
Argeu da Silva (ex-sindicalista)

R\$ 19.561,20
Roberto Mantovani (ex-mecânico de voo)

R\$ 19.200,82
Magda Pinto

R\$ 19.115,19
Carlos Heitor Cony (jornalista e escritor)

R\$ 19.115,17
Marcio K. Del Rio C. do Nascimento (ex-aeronauta)

R\$ 19.115,1710
Silvio Eduardo de Carvalho Fróes (ex-aeronauta)

Promessa
cearense
para as

olimpiadas de 2012

Apenas três atletas cearenses participaram dos Jogos de Pequim, mas, se depender de um grupo de professores e alunos do município de Russas, esse número deve aumentar nas próximas olimpíadas. Um dos fortes candidatos é Josué Lima Costa, atual campeão cearense, norte-nordeste, brasileiro e sul-americano de salto em altura na categoria sub 14. Agora, seus próximos passos (ou melhor, saltos) serão no campeonato brasileiro, em João Pessoa, e no mundial estudantil de atletismos, na China, neste segundo semestre. Mas ele garante que a meta é participar dos jogos olímpicos de 2012, quando terá idade para competir com as feras do atletismo. Campeão

da escola e do município aos 13 anos, quando ainda saltava no estilo tesoura (de frente), Josué ficou com a medalha de bronze nas Olimpíadas Escolares do Ceará em 2006. No ano seguinte, já com a técnica adequada (o salto de costas), foi campeão cearense e brasileiro e, em Santiago, no Chile, ganhou ouro nas Olimpíadas Sul-Americanas Estudantis. Nesse ano, já na nova categoria (sub17) e competindo com atletas mais velhos e bem mais altos, foi bi-campeão municipal, regional e estadual. Em julho, foi quarto lugar em um torneio internacional, disputado na República de Malta, com um salto de 1,86 metro. Com a sua melhor marca, 1,91 metro, teria sido campeão.



Talento

Filho de agricultores, Josué tem 15 anos e até pouco tempo morava na comunidade de Lagoinha, em Russas, e percorria 12 quilômetros na garupa da bicicleta do pai para chegar ao local dos treinos. Às vezes ia a pé. O talento é nato e desde pequeno Josué saltava dentro de casa, improvisando com um velho colchão da família, o que podia ter causado uma contusão grave e inviabilizado a carreira de atleta. Felizmente, antes disso, o Grilo (apelido que Josué ganhou junto com as medalhas, e “detesta”), foi descoberto pela professora Abeneide Sousa Silva, nas aulas de educação física e indicado para a escolinha de atletismo, coordenada pelo treinador Jaques Guimarães.

A professora Abeneide é uma das principais colaboradoras do trabalho da

escolinha de atletismo, atuando como uma ‘peneira’, para selecionar alunos com vocação para o esporte. Ela destaca que é preciso, antes de tudo, fazer com que crianças e adolescentes gostem das aulas de educação física. “Só depois eles são iniciados no atletismo, um esporte pouco popular no Brasil e que tem pouca atenção dos jovens. Pelo menos até os sucessos de Josué”, brinca ela.

“É difícil atrair crianças para o atletismo, por isso temos que fazer isso com brincadeiras para estimular e depois vemos quem tem potencial”, diz a professora, que já descobriu outros talentos, um deles na própria casa. Sua filha, Rebeca Rafaela, de 14 anos, é bi campeã estadual no salto em altura e sétimo lugar no ranking nacional da categoria 12 a 14 anos.

Incentivo

O trabalho de caça-talento dos professores de Russas ganhou o apoio da prefeitura e melhores condições de treino. Hoje, Josué e os colegas da equipe de atletismo têm equipamentos, como sapatilhas, uniformes, uma pista de qualidade razoável e até um colchão profissional, para saltar sem riscos. O investimento trouxe bons resultados, descobriu talentos e as medalhas não param de chegar.

No início do ano, os garotos de Russas venceram 37 das 40 provas da seleção regional para as Olimpíadas Escolares do Ceará. Na fase final, realizada em julho, na pista da Unifor, em Fortaleza, levaram 26 medalhas de ouro e foram campeões gerais nas quatro categorias do atletismo. Railson Ângelo da Cruz, de 17 anos, é bicampeão estadual e terceiro no ranking

nacional de arremesso de peso e lançamento de disco. Sheila Lemos, de 13, é campeã estadual no salto em distância e na prova de 75 metros rasos e também está entre as melhores do País.

Questionado sobre a razão do sucesso, Jaques Guimarães garante que a fórmula não está na água ou no clima de Russas e, sim, no trabalho. “Não é que Russas tenha melhores atletas que outros municípios. Muitas vezes o que falta em alguns lugares é um professor dedicado e um treinador preparado”, diz o Jaques, que defende a criação de um centro de alto desenvolvimento no Estado. “Um local onde atletas sejam acompanhados por médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos e outros profissionais, além de ter pistas e equipamentos de qualidade”, diz

“Não é que Russas tenha melhores atletas que outros municípios. Muitas vezes o que falta em

alguns lugares é um professor dedicado e um treinador preparado”

Jaques Guimarães, treinador esportivo



Superando as barreiras

O caminho dos jovens atletas do sertão não é fácil e as dificuldades começam antes mesmo de sair de casa. “No início há rejeição dos próprios pais, que vêem a dedicação ao esporte como um problema. Às vezes, eles não vão treinar porque têm que ajudar em casa ou no trabalho na roça”, diz Jaques Guimarães. Ele lembra que, dias antes dos Jogos Estudantis Brasileiros, Josué teve um estiramento muscular ao levantar um saco de farinha e quase fica de fora da competição.

Além do trabalho infantil, a falta de apoio, a baixa renda e o alto custo do material esportivo também dificultam. Muitos atletas não têm sequer tênis para competir e nas férias, quando não há transporte escolar, andam vários

quilômetros a pé para os treinos.

Mesmo assim, o esporte oferece oportunidades e sonhos para os jovens. Josué que antes sonhava em estudar para “ter uma vida diferente do pai” e sair da dura lida no campo, hoje se encanta com a possibilidade de seguir carreira de atleta e ser professor para ajudar a família: “Vejo o atletismo como a oportunidade da minha vida. De poder conhecer outros locais e aprender novas coisas”. Hoje, ele já analisa convites para treinar em Fortaleza e no Centro-Sul do País, que já apostam no seu potencial. “Quero sair para treinar em condições melhores, mas não agora”, tem respondido o garoto.

Sair da vida sem grandes expectati-

vas na zona rural para conhecer o mundo, virar notícia e garoto-propaganda e ser recebido na sua cidade num desfile em carro de bombeiros mexe com qualquer um, mas parece não ter “subido à cabeça” do adolescente. Ele garante que não, mas vibra com as mudanças. A família agora mora na sede do município, numa casa cedida pela prefeitura e ele recebe do estado uma bolsa para atletas de alto rendimento, de R\$ 600, mais do dobro da renda familiar. A vida melhorou e o sonho de ajudar a família já é realidade, mas ele quer mais. “Agora vou poder comprar roupa e sapatilhas adequadas e melhorar minha alimentação”, comemora o pequeno atleta, já pensando em novas conquistas.

“Bolsa Atleta”

O Governo do Estado também investe no apoio aos jovens atletas, com a concessão da Bolsa Esporte, com valores de R\$ 120 a R\$ 160 mensais. Em julho, foi também concedida a Bolsa Atleta de Alto Rendimento, para 30 esportistas de nível nacional e 20 de nível internacional em várias modalidades, que receberão bolsas de R\$ 400 ou R\$ 600 por mês. Josué Lima está entre esses últimos.

O secretário de Esportes do Estado, Ferrúcio Feitosa, diz que “esta é uma

ação inédita e nunca o atleta cearense foi tão valorizado. Essa bolsa é uma contribuição significativa para que os atletas possam comprar material esportivo, medicamentos, alimentação ou pagar viagens”, ressalta o secretário.

Para-atletas

O incentivo ao esporte ajuda também pessoas que um dia pensaram ter perdido tudo. O para-atleta, Humberto Henrique, segundo no ranking nacional nas provas de 100, 200 e 400 metros rasos, diz que a bolsa é uma grande ajuda, mas lembra que faltam recursos para compra de equipamentos. “Hoje, nossas cadeiras (de rodas) já estão defasadas”, diz ele. O nadador Carlos Alber-

O incentivo ao esporte ajuda também pessoas que um dia pensaram ter perdido tudo.

to Maciel, que aos 12 anos perdeu um braço num acidente com uma máquina de cortar arroz, deu a volta por cima e é o atual recordista brasileiro dos 100 metros borboleta. Joselita Moreira, que perdeu o movimento das pernas aos 7 anos, após um erro médico, é hoje campeã nacional e 8ª no ranking mundial.



Mamona: No Olho do Furacão

Apresentada como a “menina dos olhos” do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, lançado pelo governo federal em 2005, a mamona vive o seu inferno astral. De redentora da agricultura familiar do semi-árido nordestino, com a prometida geração de emprego e renda para o homem do campo, ela passou a ser o alvo preferido dos especialistas de plantão que condenam o seu uso como matéria-prima para a fabricação de biocombustível.

Baixa produção, investimento aquém do esperado, principalmente por parte da iniciativa privada – instalação de fábricas de biodiesel e unidades esmagadoras das sementes –, preço elevado da saca e, finalmente, o golpe mais duro: a publicação da Resolução da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) Nº 7, de 19 de março de 2008, estabelecendo limites que impedem a utilização do biodiesel de óleo de mamona puro.

Argumenta o órgão que a mamona não atende às normas técnicas para composição do biocombustível por ser um produto muito viscoso e o seu uso poderia danificar os motores movidos a óleo diesel. A viscosidade aceita pelas normas da ANP é de 3 a 6 milímetros por segundo, enquanto o biodiesel da mamona varia de 20 a 30 milímetros. Os técnicos acreditam que quanto maior a densidade do óleo vegetal, menor a velocidade em que o fluido se movimenta internamente no motor que consome esse tipo de combustível.

Este conjunto de ocorrências poderá destituir a mamona do posto de carro-chefe do programa de biodiesel? As declarações à imprensa do representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Comissão Executiva Interministerial e no Grupo Gestor do Biodiesel, Arnoldo

de Campos, apontam para um uso limitado desta oleaginosa. “A mamona é vista como parte importante do projeto, mas não como cultura prioritária ou exclusiva no programa”, disse, provocando certo desânimo entre os diversos atores desse projeto, já que a afirmação vem do maior entusiasta da mamona: o próprio governo.

Mistura

Mas, ainda há esperanças para os que apostaram nesta oleaginosa: a ANP faz restrições somente à utilização do óleo da mamona puro. Misturada com o óleo de outro vegetal ou material gorduroso, a mamona poderá ser usada na fabricação de biodiesel. “A mamona permanece como opção energética para a produção de biodiesel. Contudo, o biodiesel produzido a partir desta oleaginosa deverá conter, também, em sua composição, outro material graxo que permita o enquadramento de suas propriedades: a massa específica e a viscosidade”, diz nota da assessoria de imprensa da Agência.

A quantidade do óleo de mamona que pode ser adicionado ao diesel convencional sem comprometer a qualidade de combustível é de, no máximo, 40%.

Para a ANP, a mamona é a única oleaginosa que não se enquadra nos parâmetros técnicos do biocombustível. Com todas as demais, como soja, pinhão manso, girassol e algodão, é possível produzir biodiesel sem precisar de mistura.

E são essas ‘concorrentes’ que começam a ganhar espaço nos campos destinados, inicialmente, à mamona. Em Quixadá, por exemplo, onde, este mês, a Petrobrás inaugurou a sua usina de produção de biodiesel, alguns agricultores já estão investindo em outras culturas, como o girassol.

Resolução da Agência Nacional do Petróleo, de 19 de março de 2008, estabelece limites que impedem a utilização do biodiesel de óleo de mamona puro. Argumenta o órgão que a mamona não atende às normas técnicas para composição do biocombustível por ser um produto muito viscoso e o seu uso poderia danificar os motores movidos a óleo diesel.





“Iremos iniciar em breve a produção do biodiesel, mas, já estamos há quase dois anos trabalhando em parceria com o governo do estado e as organizações cearenses vinculadas à agricultura familiar

João Augusto Araújo de Paiva, gerente de implantação,

Petrobrás em Quixadá

Ao abrir o III Congresso Brasileiro de Mamona - Energia e Ricinoquímica, em Salvador, de 5 a 7 deste mês, o diretor de produção da Petrobrás Biocombustível, Miguel Rossetto, tranquilizou os produtores de mamona, ao anunciar que a meta da empresa é produzir biodiesel com até 30% de mamona, com base na produção familiar. Para garantir a produção em escala, a empresa pretende estimular o associativismo e o cooperativismo entre os fornecedores dessa matéria-prima.

Estas informações confortam os produtores do Ceará, notadamente, do Sertão Central, onde a Petrobrás instalou uma unidade de refino e produção de biodiesel, em Quixadá. Situada no distrito de Jutatama, a usina, que teve investimentos da ordem de R\$ 76 milhões, projeta fabricar cerca de 50 milhões de litros de biodiesel por ano e incluir na cadeia de produção 20 mil famílias de agricultores.

“Iremos iniciar em breve a produção do biodiesel, mas já estamos há quase dois anos trabalhando em parceria com o governo do estado e as organizações cearenses vinculadas à agricultura familiar”, explica o gerente de implantação da empresa, João Augusto Araújo de Paiva. Segundo ele, as tarefas estão bem definidas nesta parceria: enquanto o governo garante ao agricultor a viabilização do crédito junto às instituições bancárias, a assistência técnica e a distribuição de sementes, a Petrobrás, que também participa na capacitação dos produtores e com entrega de sementes selecionadas, garante a compra de toda a produção. “Desta forma, o agricultor começa o seu plantio sabendo qual o destino de sua produção, independente da quantidade, ou seja, ele tem a garantia de compra e de preço”, afirma. Hoje o quilo da mamona está sendo comercializada por R\$ 0,88.

Além da mamona, a usina irá comprar outras sementes como girassol e al-

godão. “A vantagem do biodiesel é que ele tem essa pluralidade, pode ser produzido a partir de uma infinidade de oleaginosas, ao contrário do álcool, que se limita à cana-de-açúcar”, observa o gerente.

A Petrobrás já começa a atuar no incentivo e compra de sementes em quase todo o estado: são 160 municípios cearenses, ficando de fora, praticamente, apenas a região litorânea que não tem zoneamento. “A idéia é entrar também nestas áreas, identificando algumas culturas, como amendoim, caju e côco, que possam vir a ser utilizadas na produção do biodiesel”, garante, acrescentado que a empresa também está selecionando as unidades esmaltadoras do estado.

Girassol

Um dos prováveis substitutos da mamona na produção do biodiesel no Ceará, o girassol, já está sendo plantado em algumas áreas do estado. Em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Ematerce, a Petrobrás está promovendo experiências com esta cultura. “Estamos realizando um projeto piloto com o gi-



>> Dona Luiza Martins, aposta no girassol

rossol, envolvendo 900 agricultores da região. Para tanto, uma equipe de especialistas em solo da UFC e pesquisadores da Ematerce estão realizando testes para descobrir qual o melhor local para se plantar, que tipo de variedade, quais as condições de plantio e verificar a efetividade desta oleaginosa. Alguns experimentos estão dando certo, outros não. Queremos saber o porquê nos dois casos”, diz João Augusto Paiva.

Em Quixadá, alguns agricultores que apostaram nesta experiência já comemoram o resultado. D. Luzia Martins da Silva, da localidade de Várzea da Onça, plantou 2,5 hectares de girassol e está satisfeita. Com a ajuda da família – 11 filhos e 29 netos -, ela espera ampliar a área plantada e melhorar a renda familiar. O quilo do girassol está em torno de R\$ 0,81.

Antônio Pinheiro, agrônomo da Secretaria de Agricultura do município de Quixadá, explica que o manejo da cultura é simples e a sua produção varia entre 2 mil e 2,5 mil quilos de sementes por hectare. Isso significa que ele pode gerar em torno de mil litros de biodiesel por hectare.

Ele explica que a secretaria orienta os produtores desde o preparo do solo até a colheita. “Esta assistência técnica também é ofertada para as outras culturas destinadas ao biodiesel. Além disso, para cada hectare plantado, o produtor recebe, através dos governos federal e estadual, um incentivo de R\$ 150,00. É importante lembrar que o plantio dessas oleaginosas deve ser consorciado com outras culturas tradicionais na agricultura familiar, como o feijão e o milho”. Segundo ele, a prefeitura também participa dos incentivos, oferecendo aos produtores três horas de trator para o uso na terra.



Rendimentos da Mamona

Mas, nem todos se renderam à beleza do girassol em Quixadá. Seu José Cordeiro, de 71 anos, é um feliz produtor de mamona. Com a ajuda dos técnicos da Secretaria de Agricultura, ele plantou, consorciado com feijão, dois hectares de mamona. “No ano passado, ainda mais por conta do feijão, que vendemos bem, ganhamos R\$ 3.600” comemora. Orgulhoso, ele mostra parte da plantação da mamona feita a partir de adubo orgânico fornecido pela secretaria. “Veja a diferença de tamanho com as plantas que não foram adubadas. Agora, só planto com adubo e seguindo os conselhos dos técnicos. Acho que vamos colher mais que o previsto, que é 1000 quilos por hectare”, afirma.

De acordo com os especialistas, com o preço de R\$ 0,88 o quilo da mamona, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares e uma produção média entre 500 e 1.000 quilos por hectare, pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil.

Desafio

“O grande desafio do biodiesel está no campo”, pondera o gerente da Petrobrás. A tecnologia para o fabrico do produto já está bem dominada pelas usinas. “Na parte industrial, a Petrobrás está no plano de excelência no mundo. O que precisamos é buscar alternativas que aumentem a produtividade da matéria-prima. Para tanto, estamos fazendo alianças com as instituições que têm ampla competência neste setor”, explica. Para ele, este é o problema das indústrias que querem vender diesel. “Se a lei obriga a adição de 3% do biodiesel no diesel, quem quer comercializar este produto terá que correr em busca das oleaginosas. Este programa se traduz como um desafio para as indústrias e uma oportunidade para os agricultores”, ressalta.

Desde janeiro deste ano, a Lei do Biodiesel obriga a adição de 2% de biodiesel ao diesel comum. Esse percentual aumentou para 3% em julho passado, cuja taxa deverá chegar a 5% a partir de 2013.



Usina de Crateús

Inaugurada no ano passado, com investimentos de R\$ 20 milhões, a unidade de Crateús da Brasil Eco-diesel produz cerca de 360 mil litros de biocombustível por dia, dos quais 30% produzidos a partir da mamona plantada no Ceará e demais estados do Nordeste e 70% com óleo de soja e girassol.

De acordo com o gerente administrativo, Hugo Alexandre Lima de Almeida, a usina tem capacidade de produzir 118 milhões de litros do combustível por ano. Ele diz que a empresa é líder absoluta na produção de biodiesel no país e atende mais de

60% da demanda do mercado. “Somos exemplo mundial na produção de biodiesel. Nossos produtos são seguros para o consumidor e atende aos critérios de qualidade determinadas pelo ANP (Agência Nacional de Petróleo)”, ressalta.

Com a geração de 125 empregos diretos, a empresa envolve cerca de 27 mil produtores no Estado.

Além da unidade de Crateús, a Brasil Eco-diesel tem outras cinco unidades industriais em operação, localizadas nos municípios de Floriano - PI, Itaqui - MA, Iraquara - BA, Porto Nacional - TO e Rosário do Sul - RS.

AL aprova programa

O programa de biocombustível é avaliado pelos deputados cearenses como positivo, tanto do ponto de vista do desenvolvimento de tecnologias para a produção de energias alternativas, como, sobretudo, pela inclusão social, com a geração de emprego e renda para o homem do campo.

Para o deputado Teodoro Soares (PSDB), vice-presidente da comissão de Ciência e Tecnologia, é louvável a iniciativa do governo no investimento em energias alternativas. “Mas, é preciso ampliar esse programa inserindo a universidade, criando mini-usinas que serviriam de estágio para os estudantes de engenharia e cursos afins. Desta forma, o programa teria a dimensão social que se espera dele”.

Mais investimentos

O deputado Augustinho Moreira (PV), vice-presidente da comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do

Semi-Árido, diz que o programa precisa avançar nos investimentos aplicados. “Somente quando houver investimentos significativos para a agricultura do Nordeste é que poderemos dizer que o programa do biocombustível será a redenção do homem do campo. Não adianta se falar em incentivos, alimentar a expectativa dos produtores e depois vir com pequenos investimentos. É preciso que todos os envolvidos, governos federal e estadual e as empresas demonstrem, realmente, interesse em levar o programa como deve ser para que apresente os resultados propagados”, diz.

A Assembléia Legislativa, de acordo com o parlamentar, tem se posicionado sobre o assunto, sempre em defesa do agricultor. “Mas, seremos uma voz no deserto se não houver interesse do governo Cid Gomes em fazer a sua parte, oferecer melhores subsídios para que o agricultor possa produzir a matéria-prima que as usinas necessitam”, afirma.

Com a Palavra



É preciso ampliar esse programa (Biocombustível), inserindo a universidade, criando mini-usinas que serviriam de estágio para os estudantes de engenharia e cursos afins. Desta forma, o programa teria a dimensão social que se espera dele”.

Deputado Teodoro Soares - (PSDB)



“Somente quando houver investimentos significativos para a agricultura do Nordeste é que poderemos dizer que o programa do biocombustível será a redenção do homem do campo. Não adianta se falar em incentivos, alimentar a expectativa dos produtores e depois vir com pequenos investimentos.”

Deputado Augustinho Moreira - (PV)

Com a Palavra



“A mamona não é a cultura ideal. A sua produção é baixa – não se produz mais que 400 quilos por hectare - e economicamente inviável. O governo criou um pequeno incentivo de R\$ 150,00 por hectare plantado, mas isso não é suficiente. Parece a “bolsa manona”, onde o sujeito acaba plantando qualquer ‘pé’ para ganhar esse dinheiro”.

Deputado Cirilo Pimenta – (PSDB)



“A cadeia produtiva do biodiesel tem grande potencial de geração de emprego, promovendo a inclusão social, especialmente quando se considera o amplo potencial produtivo da agricultura familiar”

Deputada Rachel Marques – (PT)



Pela volta do Algodão

Aumentando a cada vez mais crescente fila dos que são contrários ao uso da mamona no programa de biocombustível, o deputado Cirilo Pimenta (PSDB), que é presidente da comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semi-Árido da Assembléia Legislativa, dispara contra a oleaginosa ao mesmo tempo em que se declara um entusiasta do algodão que, em sua opinião, é a matéria-prima ideal para a fabricação do biodiesel e, principalmente, para a melhoria de vida do homem do campo.

“A mamona não é a cultura ideal. A sua produção é baixa – não se produz mais que 400 quilos por hectare - e economicamente inviável. O governo criou um pequeno incentivo de R\$ 150,00 por hectare plantado, mas isso não é suficiente. Parece a “bolsa manona”, onde o sujeito acaba plantando qualquer ‘pé’ para ganhar esse dinheiro”, alerta.

Já o algodão é outra história, diz o parlamentar. “É a cultura ideal. Além disso, ainda produz a torta que alimenta o rebanho”, ressalta, acrescentando que “a desculpa do bicudo é coisa do atra-

so. Hoje já existe tecnologia que supera isso. Tanto é que a Bahia e outros estados produzem grande áreas de algodão e não enfrentam problemas”.

Segundo ele, a produtividade do algodão de sequeiro é de 1.500 quilos por hectare, enquanto que o algodão irrigado chega a 5.000kg/ha. “O algodão é mais resistente à seca que a manoma”, observa.

“Vivo falando no plenário sobre a ressurreição do algodão como alternativa para a produção de biocombustível. Quando assumi a prefeitura de Quixeramobim, em 1996, a produção no município era de 5.000 arrobas de algodão. No ano seguinte, através de programas de incentivos, chegamos a produzir 120 mil arrobas”, enfatiza o deputado.

Cirilo Pimenta diz ainda que tem conhecimento de pesquisas feitas pela Embrapa com sementes selecionadas de algodão com maior produtividade e mais resistentes às intempéries do Nordeste. “O que falta é decisão política e estruturação do homem do campo para que o Ceará volte a ser o maior produtor de algodão, como no passado”, finaliza.

>> Vantagens do biodiesel

- é mais seguro do que o diesel de petróleo
- a exaustão do biodiesel é menos ofensiva
- o uso do biodiesel resulta numa notável redução dos odores, o que é um benefício real em espaços confinados
- pode ser armazenado em qualquer lugar onde o petróleo é armazenado, e pelo fato de ter maior ponto de fusão é ainda mais seguro o seu transporte
- funciona em motores convencionais
- requer mínimas modificações para operar em motores já existentes
- é renovável, contribuindo para a redução do dióxido de carbono
- pode ser usado sozinho ou misturado em qualquer quantidade com diesel de petróleo
- aumenta a vida útil dos motores por ser mais lubrificante
- é biodegradável e não tóxico

Inclusão Social

“A introdução do biocombustível – produzido a partir de oleaginosas como a mamona, o girassol, o pinhão manso e o algodão – na matriz energética brasileira é de fundamental importância porque traz em seu bojo a inclusão social no campo”. A afirmação é da deputada Rachel Marques (PT) que diz acreditar no programa do biodiesel como indutor do desenvolvimento regional, através da geração de emprego e renda, principalmente para os que atuam na agricultura familiar.

Natural de Quixadá, a parlamentar comemora a instalação da usina da Petrobrás naquele município. “Todo o Ceará - e, notadamente, o Sertão Central -, terá ganhos significativos com o funcionamento desta unidade”, ressalta, acrescentando que a possibilidade de se envolver cerca de 20 mil famílias é bastante animadora.

Segundo ela, mesmo com as limitações da mamona, carro-chefe do programa, a participação de agricultores familiares poderá, como já vem acontecendo, se dar através da produção de outras oleaginosas, como girassol, pinhão manso e algodão. “O importante é o vínculo declarado entre a oferta de matérias-primas para a produção e a geração de renda para o homem do campo”, observa. “Para tanto, é fundamental que o Estado, em parceria com a iniciativa privada e os movimentos sociais, crie todas as condições necessárias à sustentação do programa”, adverte.

Cultura ganha espaço no Ceará

Quando se fala em investimento público para saúde ou educação o consenso é geral. Mas ao discutir se o poder público deve dedicar rubricas para a cultura, as opiniões divergem. Alguns acreditam que os valores deveriam ser revertidos em ações beneficentes ou obras públicas. No entanto, cada vez mais, empresas e governos têm reconhecido seu papel no investimento à cultura. E essa atitude tem rendido boas perspectivas.

Dados do Ministério da Cultura (Minc) mostram que o setor já atingiu o patamar de 5% do Produto Interno Bruto e também responde por 5% dos empregos com carteira assinada no Brasil. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, o número de empresas formalmente constituídas no ramo chega a 321 mil no país, ocupando cerca de 1,6 milhão de pessoas. Considerou-se as ati-

vidades culturais industriais, comerciais e de serviços. No caso, foram contabilizadas empresas direta ou indiretamente ligadas à cultura. Diretamente, têm-se as atividades ligadas às artes, edição de livros, revistas, rádio, TV, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico. Indiretamente, estão as atividades do comércio atacadista de artigos para escritório, papelaria, livros, jornais e outras publicações.

Para Delânia Azevedo, secretária de Cultura do Estado do Ceará, em exercício, é muito positivo que se tenha chegado a esse número nacionalmente. “Essa análise é geral, envolve entretenimento, indústria criativa, envolve até o que muita gente que trabalha na área, não considera cultura, mas são serviços consumidos pela classe média”, considera. Ela diz que a participação do governo é importante no apoio a essas manifestações,

mas o mercado tem que se disciplinar, democratizar o acesso com ingressos mais baratos, por exemplo”.

Mais apoio

“No Ceará, esse potencial poderia ser melhor aproveitado”. Essa é a opinião de Rogério Mesquita, ator e produtor do Grupo Bagaceira de Teatro, constituído desde 2000. Para ele, o investimento ainda está aquém da demanda e da grande produção que existe no Estado. “Em 2007, por exemplo, entraram 34 novos espetáculos em cartaz, sem contar com as re-presentações. E o edital oferecido pela Secult chegou a seis grupos na capital e mais seis no interior”, diz.

Sobre o assunto, Delânia Azevedo diz que diversas linguagens recebem incentivos financeiros por meio de editais. “Há mais de 10 anos apoiamos projetos na área de patrimônio, cinema, teatro,

festas populares e outros”, informa. Para Rogério, essa é uma forma democrática de apoio, principalmente porque tem-se apoiado projetos no interior do estado. “Outro ponto positivo foi a cultura de elaboração de projetos que se criou entre os grupos”, considera.

Houve um aumento significativo nos recursos dedicados à cultura por meio da Secult. Para este ano, o montante destinado chega a R\$ 96,648 milhões e, em 2007, foi de R\$ 11,311 milhões. O governo Cid Gomes lançará em breve o programa do Livro e da Leitura. “Acreditamos que sem a leitura, sem o livro, não se pode desenvolver a identidade cultural de um povo. Não há cultura sem leitura”, reflete Delânia. A ideia, segundo ela, é melhorar os acervos nas bibliotecas públicas – serão comprados 3,5 milhões de livros e haverá o incentivo à doação -, facilitar o acesso a elas e qualificar os atendentes.



AL: Defesa da Cultura

O deputado estadual Lula Morais (PCdoB), integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, criada em maio deste ano, avalia positivamente as ações do governo Federal e Estadual em relação à cultura.

“No Brasil, nunca se teve tanto investimento. O programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura (Minc) prevê R\$ 4,7 bilhões até 2010, numa espécie de PAC da Cultura. No primeiro ano do governo Cid pode-se observar um aumento de 167% de investimento para a cultura em relação a 2003. Naquele ano, advindo do Minc, dedicava-se R\$ 3,4 milhões e, em 2007, R\$ 9 milhões. Até o final de 2008, no Ceará, serão criados

100 novos Pontos de Cultura” afirma.

Para o parlamentar, a produção legislativa em relação à cultura, no entanto, precisa melhorar. Na Assembleia Legislativa, em 2008, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto aprovou apenas um projeto de lei relativo à cultura e cinco audiências públicas. Trata-se do projeto de lei de autoria de Lula Morais aprovado pela Casa que institui 2009 como o “Ano Patativa do Assaré”, em homenagem ao centenário de nascimento do poeta. “Assim, deve-se incentivar a leitura dos cordéis nas escolas, concursos de cordéis dos novos escritores, a exemplo do maior cordelista do Nordeste e do Brasil que o Ceará tem”, afirma o deputado.



Idealizada pelo deputado Artur Bruno, PT (foto), a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura tem o objetivo de acompanhar as políticas governamentais voltadas para a cultura.

>> Equipamentos Públicos

- Teatro José de Alencar
- Arquivo público
- Museu do Ceará
- Sobrado José Lourenço
- Biblioteca Pública Menezes Pimentel
- Museu da Imagem e do Som
- Centro Cultural Dragão do Mar
- Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC)
- Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu
- Centro Cultural Bom Jardim
- Museu Sacro



Com a Palavra

TUNO VIEIRA



>> Delânia Azevedo, secretária, de Cultura do Estado do Ceará, em exercício

O Ponto de Cultura é um projeto de iniciativa da sociedade civil organizada e das organizações não-governamentais que desenvolvem atividades com cultura popular e formação artístico-cultural de jovens. A Secult passa a coordenar o projeto do estado, apoiando 80 Pontos de Cultura no Interior e 20 em Fortaleza, com investimentos de R\$ 180 mil, em quatro anos. “Ao final desse processo, teremos 114 Pontos de Cultura. Os pequenos grupos do interior poderão dar um salto a partir das melhorias com esse recurso doado pela Secult e pelo Minc”.

Participação e fortalecimento da Cultura

A política cultural no Ceará tem sido elaborada com a participação popular. No início da atual gestão, foram realizadas discussões no estado, a fim de debater a “Constituinte Cultural”. De acordo com Delânia Azevedo, foi realizada, em julho de 2007, uma ausculta pública, ouvindo a sociedade civil organizada, os gestores e produtores em plenárias regionais e numa plenária estadual.

Segundo ela, foi fundamental o apoio de diversos parceiros, em especial da Assembleia Legislativa, para a aprovação do capítulo da cultura dentro da revisão da Constituição do Estado.

Esse processo dialogou bem com a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC) que está em andamento em todo o país. Seminários têm sido realizados nos estados a fim de se coletar propostas para compor o PNC, transformando-o em Lei, ou seja, uma política de Estado e não de gestão.

“O Ministério da Cultura ficou impressionado com o nível de participação no Ceará, com as sugestões muito ricas, como propostas de formação cultural, preservação das tradições populares e incentivo à economia criativa do interior do estado”, comemora Delânia.

Falta formação

A principal demanda no estado ainda é a formação. Por conta disso, a Secretaria de Cultura passou a realizar o projeto Formação em Rede, fundamentalmente baseado em parcerias. Através deste projeto, entidades e instituições que já desenvolvem programas e projetos culturais, cursos de formação, de dança, arte, cinema, formação de jovens são apoiados pelo Governo.

Com a Palavra



No ano passado, por solicitação da deputada Ana Paula Cruz (PMDB), a AL entregou o título de Cidadão Cearense ao artista popular Pedro Bandeira, o Príncipe dos Poetas Populares do Nordeste. Com diversos livros publicados, Pedro Bandeira, segundo a parlamentar, “apresenta para o mundo nossa arte popular, por meio da poesia em forma de verso exteriorizada pelo cordel e repente”.

“Nós não precisamos construir novos espaços físicos para oferecer formação. O Estado deve ser um grande apoiador, divulgando e fomentando as iniciativas existentes”, explica Delânia, confirmando que o projeto não prevê a construção de novos equipamentos.

Ele afirma que, no entanto, a Secult considera fundamental manter os equipamentos já existentes. “As edificações, concentradas em Fortaleza são grandes equipamentos de difusão e produção da cultura. A Escola de Artes e Ofícios está focada na formação de jovens em restauração de patrimônios materiais e o Centro Cultural Bom Jardim tem ofertado oportunidades todos os dias”, diz. Ela acredita que o mais importante é trabalhar em rede, utilizando melhor os recursos existentes.



Viagem sobre os trilhos

As linhas de trens trouxeram vários benefícios para a capital, como o transporte de mercadorias e passageiros. “Os trens cargueiros transportavam tecido, arroz, feijão e até jornal”,

Luís Ribeiro,

“Houve um tempo em que o trem partia da Estação Professor João Felipe, em Fortaleza, com destino às cidades de Crato e Teresina, no Piauí. Era um trem especial, confortável e bonito. Era o famoso Sonho Azul. Em 1924, tinha um que viajava pelos trilhos do país. Passando de estação em estação, era a locomotiva Aza Branca, que soava um apito anunciando a partida e os passageiros subiam no trem que viajava em direção à Recife. No ano de 1950, havia um trem que transportava, em um vagão especial da administração, somente pessoas importantes que trabalhavam na administração das estações, engenheiros e políticos. Outra locomotiva que é impossível não lembrar é a Maria Fumaça do ano de 1854, conhecida como Baroneza, foi o primeiro trem a vapor no Brasil”.

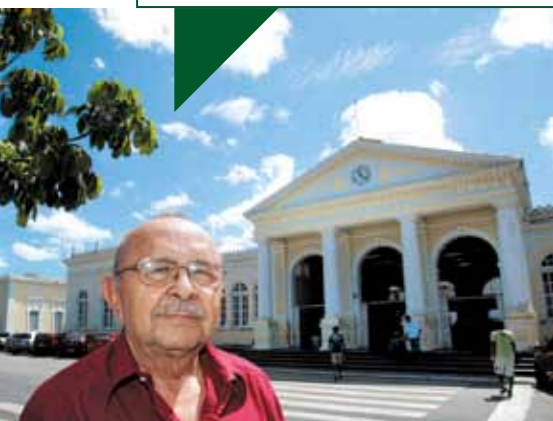
Quem conta essa história de trens e trilhos é o ferroviário aposentado Luís Ribeiro Martins. Ele acompanhou de perto o desenvolvimento das ferrovias no Ceará e o surgimento dos trens urbanos para o transporte de pessoas e mercadorias em várias regiões do estado. Viveu o momento em que a Estação Central Professor João Felipe estava sendo instalada em Fortaleza. E garante que esta estação, assim como outras situadas nos municípios do Ceará, faz parte da sua história de vida.

Infância nos trilhos

Natural de Amanaiara, Ceará, Luís Ribeiro começou a trabalhar com oito anos de idade na estação de sua terra natal. Sua função era enviar mensagens pelo telégrafo a outras estações. Naquela época, as mensagens eram enviadas em código Morse. Aos 16 anos, já trabalhava na Estação João Felipe; foi bilheteiro, permanente, despachante e agente de estação.

As linhas de trens trouxeram vários benefícios para a capital, como o transporte de mercadorias e passageiros. “Os trens cargueiros transportavam tecido, arroz, feijão e até jornal”, explica Luís Ribeiro, acrescentando que os transportes ferroviários auxiliaram no desenvolvimento econômico do Ceará. “As mercadorias produzidas no interior do estado vinham de trem com destino ao Porto de Fortaleza. A mamona, o algodão e a oiticica vinham para a capital e embarcavam de navio para fora do Brasil”, completou.

Além das paisagens e da praticidade que a viagem de trem oferecia, havia outro atrativo: o preço das passagens. “Era muito barato viajar de trem. Os passageiros que viajavam para fora do estado pagavam o mesmo preço que as pessoas que viajavam de uma cidade a outra”, diz seu Luiz. Para atender à diversidade de passageiros, o trem tinha vagões divididos em primeira e segunda classes e classe especial. “Mesmo a classe especial tinha um preço acessível à população”, garante.



Museu Ferroviário: resgate da história

Com a finalidade de preservar a história das locomotivas e suas inesquecíveis viagens pelos trilhos, oferecendo ao público, principalmente das gerações pós-estrada de ferro, a possibilidade de conhecer objetos e trens desde a época da primeira Maria Fumaça, a Associação dos Engenheiros da Reffsa (Rede Ferroviária Federal S/A) está finalizando a instalação do Museu Ferroviário, sob o comando do engenheiro José Hamilton Pereira.

A entidade é a mantenedora do acervo histórico das ferrovias. O Museu Ferroviário está localizado no Centro de Fortaleza, próximo à Estação João Felipe, e, em breve, estará aberto à visitação. A previsão é que até o final deste ano ele seja inaugurado.

Hamilton Pereira, engenheiro da Reffsa, pesquisador e responsável pelo

acervo histórico da ferrovia, diz que o Museu Ferroviário será o guardião dos registros da história dos trens e da ferrovia do Ceará.

Todo esse acervo estava guardado na oficina da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), localizado na Ave-

nida Francisco Sá. A CFN administra a malha ferroviária do Nordeste adquirida da RFFSA, que era composta das seguintes superintendências regionais: SR 1 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), SR 11 (Ceará) e SR 12 (Piauí e Maranhão).



>> No Ceará, os trens interligavam os municípios

Com a Palavra



Durante audiência pública para discutir a viabilização da volta do trem de passageiros nas linhas Norte (Fortaleza-Sobral) e Sul (Fortaleza-Crato), o deputado Hermínio Resende (PSL) destacou: "Com este debate, queremos sensibilizar o governo estadual, no sentido de reativar este transporte tão acessível que é o trem".

Os caminhos da ferrovia cearense

Inaugurada em 1873, a Estrada de Ferro de Baturité (Antiga Companhia Cearense da Via - Férrea de Baturité) foi a primeira ferrovia do Ceará. Ela foi construída com o objetivo de ligar a capital do Estado à Vila de Pacatuba e escoar a produção serrana para o Porto de Fortaleza.

Em 1971, a Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité instalou em Fortaleza a Estação Central Professor João Felipe, na Praça Castro e Silva, popularmente conhecida como Praça da Estação.

Saindo dos trilhos

Como é de praxe acontecer no Brasil, onde muitas atividades perdem a sua viabilidade pela falta de interes-

se de administradores público e/ou privado, com a história do sistema de transporte ferroviário de passageiros para viagens de longo percurso não foi diferente. Foram muitos os fatores que tiraram, literalmente, os trens dos trilhos. Sob a alegativa dos altos custos operacionais, os investimentos foram se tornando escassos e o resultado, já se sabe: sem a aquisição de novos equipamentos, os trens foram se tornando obsoletos; não foram feitas as mudanças de rotas necessárias para acompanhar o desenvolvimento das cidades; sem manutenção periódica, as vias férreas passaram a representar perigo para as locomotivas que trafegavam pelos trilhos; e por fim, a evolução dos ônibus e a abertura de novas e

Nos trilhos da Europa

Ao contrário do que ocorre por aqui, na Europa o trem continua sendo a vedete das viagens, principalmente as que interligam os países daquele continente. Do famoso TGV francês (Trem de Grande Velocidade, que pode alcançar até 300 km por hora), que circula por diversos países europeus, às pequenas locomotivas responsáveis pelo transporte de passageiros entre províncias vizinhas, o sistema ferroviário continua sendo um dos transportes de passageiros mais valorizados naqueles países.

Por que na Europa, que dispõe de ótimos serviços rodoviários e inúmeras linhas áreas, o trem continua sendo um grande atrativo, tanto para os habitantes, quanto para os turistas, e no Brasil o sistema ferroviário naufragou? Rômulo dos

Santos Fortes, presidente do Metrofor (Metrô de Fortaleza), durante audiência pública da Comissão de Transportes da AL, realizada no ano passado, requerida pelo deputado Júlio César Lima, PSDB, cita algumas razões: "o trem na Europa liga cidades extremamente densas que têm uma alta rotatividade de passageiros, o que não acontece no Brasil. Além disso, lá há um sistema de subsídio cruzado, inexistente no Brasil, que consiste no pagamento, pelo comércio, de uma taxa pelo trem está passando naquele local", explica.

O preço da passagem internacional de trem é mais caro que de avião ligando os mesmos países. Então, por que a escolha pelo trem? Por uma série de vantagens: além de ter uma periodicidade mais rápida, ele parte do centro de uma



>> deputado Júlio César Lima (PSDB)

cidade e deixa o passageiro no centro da outra cidade, não precisa fazer check in e nem chegar uma ou duas horas antes ao local de embarque. Além disso, na Europa o estacionamento dos aeroportos é muito caro.

Metrofor

Criado em 2 de maio de 1997, com o objetivo de assumir e modernizar a operação do transporte dos trens metropolitanos de Fortaleza, até então realizada pela CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), o Metrô de Fortaleza (Metrofor) teve as suas obras iniciadas em janeiro de 1999. Desde então, a sua implantação caminha a passos lentos, em meio a desapropriações e transtornos para a população, principalmente do Centro de Fortaleza.

No ano passado, durante o "II Encontro de Qualidade e Tecnologia do Transporte Público", o presidente do Metrofor, Rômulo Fortes, garantiu que as obras estarão concluídas em 2010. Ele explicou que as obras já consumiram R\$ 607 milhões. O Metrô de Fortaleza contará com uma extensão total de 62,8 km, em sua maioria na superfície, além de 16 km de linhas subterrâneas e 4,4 km de via elevada.



>> Deputado Téo Menezes (PSDB)

asfaltadas rodovias enterraram de vez as inesquecíveis viagens pelos trilhos.

Mas, o retorno dos trens pode voltar a ser uma realidade. Discussões sobre o assunto têm surgido envolvendo órgãos governamentais e iniciativa

privada. Na Assembléia Legislativa, a Comissão de Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior, presidida pelo deputado Téo Menezes (PSDB), vem realizando audiências públicas para discutir a situação dos trens urbanos de Fortaleza e região Metropolitana. Ele explica que a comissão tem se empenhado na valorização do transporte ferroviário. "Temos mobilizado audiências públicas com as entidades responsáveis para melhorar a situação dos trens metropolitanos que circulam atualmente, tanto do ponto de vista das acomodações dos passageiros, visando melhorar a qualidade das viagens, como no que diz respeito aos serviços prestados aos usuários, do atendimento às estruturas físicas das estações", afirma.

>> Saiba +

O Rei do Cangaço e seus “causos”

Existem duas versões para o apelido do Rei do Cangaço. Dizem que, ao matar uma pessoa, o cano de seu rifle, em brasa, lembrava a luz de um lampião. Outros garantem que ele iluminou um ambiente com tiros para que um companheiro achasse um cigarro perdido no escuro.

O combate na Grota de Angicos durou apenas 10 minutos, pois os policiais tinham a vantagem de quatro metralhadoras. Mostrando a mesma crueldade atribuída aos inimigos, os “macacos” (apelido dos integrantes das volantes policiais) cortaram as cabeças dos cangaceiros. Conforme testemunhas, Maria Bonita foi degolada ainda viva.

Muitos apontam a morte de Lampião com o fim do Cangaço, mas, na verdade, o banditismo nordestino só terminou em 1940, com a morte de Corisco, o “Diabo Loiro”, o último sobrevivente do grupo comandado por Lampião. Em 1927, Lampião reuniu vários bandos e, com cerca de 100 homens, tentou invadir Mossoró, no Rio Grande do Norte. Para sua surpresa, encontrou a cidade vazia (a maioria da população havia deixado a cidade com medo) e o prefeito, Rodolfo Fernandes e uns trezentos mossoroenses entrincheirados e dispostos a defender a cidade. Os cangaceiros foram rechaçados. Na fuga, foram para o Ceará. Em Limoeiro do Norte as autoridades viram que não tinham como se defender e receberam o bando como a amigos. Na saída, conta-se que Lampião jogou moedas de ouro para crianças na rua.



70 Anos depois Lampião ainda gera polêmica e é comparado com traficantes

Maria e Virgulino certamente não viram os primeiros raios de sol daquela manhã de 28 de julho de 1938. Foram despertados pelas rajadas das metralhadoras Hotkiss, cercados por 48 homens da polícia alagoana e sem nenhuma chance de fuga. A batalha em que tomaram Lampião, Maria Bonita e outros nove cangaceiros, há 70 anos, encerrou um ciclo da história brasileira, mas gerou um grande mito nordestino. E muitas dúvidas. Herói ou bandido? A questão ainda divide o imaginário popular e teses de historiadores e sociólogos. Alguns comparam o cangaço com o banditismo de hoje e até apontam semelhanças entre Lampião e o traficante Marcola, líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), que controla a venda de drogas em São Paulo.

O escritor Ronaldo Correia de Brito aponta semelhanças, como o uso de armas sofisticadas por cangaceiros e traficantes e o fato de ambos assustarem a po-

pulação e a própria polícia, além de terem fortes ligações com o poder. “Lampião foi recebido em Juazeiro do Norte pela Liga de Coronéis do Ceará e pelo padre Cícero. Do mesmo modo, já foi comprovado o envolvimento da polícia, de políticos e advogados com o líder do PCC”, diz Brito.

O professor Daniel Lins, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), discorda. Para ele, apontar semelhanças entre o cangaço e o tráfico é “achismo”. “Hoje em dia, tudo pode ser dito sobre Lampião, de bom ou de mau”, diz o historiador, ressaltando que “é perigoso comparar o banditismo do século 21 com a ação dos cangaceiros, que ocorreu num momento específico da história brasileira”.

Para Lins, o cangaço foi uma cópia da violência dos coronéis, mostrando que não eram apenas os ricos que podiam usar a violência para ganhar dinheiro. Ele também contesta a visão de Lampião como

uma espécie de Robin Hood do sertão, que roubava dos ricos para ajudar os pobres. “Isso é coisa do imaginário popular. Foi uma invenção do pessoal da esquerda e hoje não se sustenta mais”, afirma.

Afnidades

Não há unanimidade entre as visões do cangaço, mas as afinidades entre o Rei do Cangaço e Rei do Tráfico são muitas. O marketing pessoal é outra semelhança entre os dois foras-da-lei. Marcola passa a imagem de homem culto e usa roupas de grife. Lampião usava perfume francês, anéis de ouro, roupas enfeitadas e até cartão de visita, além de fazer questão de ser fotografado e filmado. O Rei do Cangaço liderava pequenos bandos que agiam em outras áreas e, às vezes, se uniam. A facção criminosa dirigida por Marcola, que está em presídio de segurança máxima, comanda o tráfico de drogas em vários estados.



“Cidade com mais de duas torres não é para cangaceiro”

Lampião, ao observar a cidade de Mossoró-RN, antes do ataque - 1927

“Da torre da igreja até o santo atirava na gente”

Lampião, sobre o ataque - 1927

Herança cultural e a estética do cangaço

Muito além de questionamentos e teses, Lampião virou mito e marca do sertão nordestino e deixou uma incontestável herança cultural. Talvez tenha até lugar no Livro dos Recordes. O cangaço é um dos temas mais retratados pelo cinema. Foram cerca de 50 filmes, dentre eles clássicos, como “O Cangaceiro”, de Lima Barreto e “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha.

O historiador Frederico Pernambucano de Mello, um dos maiores pesquisadores do tema, destaca que o movimento deixou uma estética própria. “A estética do cangaceiro tem uma mensagem mística, nos seus talismãs e amuletos”, afirma Mello, que tem mais

de 100 peças do cangaço. Ele resalta ainda a herança deixada na música e na dança nordestinas, como o xaxado. A herança cultural pode ser vista em todo o Nordeste. Roupas de couro e chapéus de vaqueiro enfeitados com estrelas são símbolos da Região. O cangaço virou até atração turística e religiosa. Em Serra Talhada e Paulo Afonso-BA (cidades de Lampião e Maria Bonita), há museus temáticos. A Grota de Angicos, em Sergipe, onde Lampião foi assassinado, virou local de celebrações. No cemitério de Mossoró, RN, o túmulo do cangaceiro Jararaca, que foi preso e enterrado vivo após o ataque de Lampião à cidade, é hoje local de peregrinação.

Alegria em tinta



Pra alegrar seu dia, vale a pena conferir a exposição do pintor francês Claude Calaci, adotado há seis anos pela cidade alencarina. O projeto “Lembrança em Cores” traz o referido pintor que faz com sua mostra “Um tributo a Bernard Buffet” uma homenagem a esse outro artista, também francês, reconhecido internacionalmente, que trouxe os brinquedos e os personagens presentes na infância para as artes plásticas. A idéia é contrapor a cidade sombria, agitada e incolor com a utilização de imagens em cores vivas e alegres. O Espaço Cultural dos Correios, localizado no Centro de Fortaleza, recebe a exposição individual até 30 de setembro.

Composta por 51 pinturas, as obras trazem a expressão de palhaços, marionetes, pinóquios e diversos brinquedos, provocando a sensação de nostalgia a quem os contempla. Outros espaços culturais da cidade já receberam as obras de Claude Calaci, com estimativa de público de 1500 pessoas. O objetivo é valorizar a modalidade de expressão da arte por meio da pintura, enriquecendo a varie-

dade artística de Fortaleza. Uma oportunidade aos visitantes de aliviar as tensões e remontarem-se à infância.

Claude Calaci recebeu diversos prêmios internacionais. Entre eles, prêmio de público no salão de Montrouge, vice-campeão no Concurso de Ipanema e primeiro prêmio da melhor produção de pintura em Clisson, na França. Cursou a Escola de Belas Artes em Paris, foi professor de artes plásticas em ateliês de sua terra natal e também no Brasil. Nos ateliês do Rio de Janeiro ensinou métodos de molde de silicone e reprodução de objetos de decoração em resina e pátina.

» Serviço

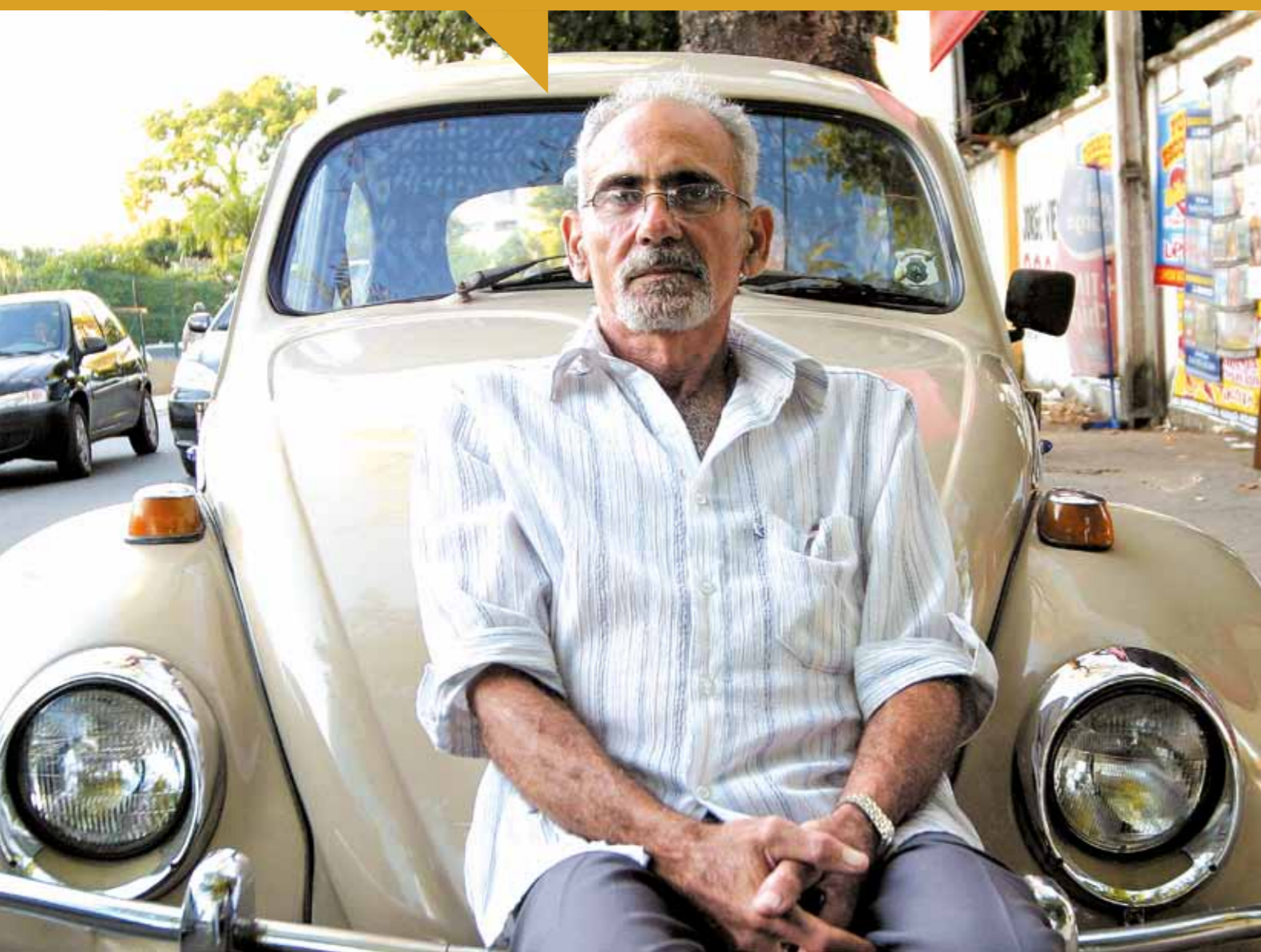
Exposição do pintor francês Claude Calaci “Um tributo a Bernard Buffet”

De 14 de agosto a 30 de setembro
Espaço Cultural dos Correios
Rua Senador Alencar – Centro

Claude Calaci recebeu diversos prêmios internacionais. Entre eles, prêmio de público no salão de Montrouge, vice-campeão no Concurso de Ipanema, primeiro prêmio da melhor produção de pintura em Clisson, na França. Cursou a Escola de Belas Artes em Paris e foi professor de artes plásticas em ateliês de sua terra natal e também no Brasil.



“Passei dois anos sendo cuidado por outras pessoas. Estava começando a aprender a andar novamente quando o Brasil foi tricampeão e o homem pisou na Lua”



Um exemplo de superação

Quem hoje vê a alegria de Helder do Vale Leitão com o seu fusquinha, um companheiro que faz parte da sua vida há mais de uma década, não imagina o drama que ele viveu ao lado de sua família. Ele mesmo garante que o fato foi superado sem jamais perder a alegria de viver e o alto astral. Desde o dia que descobriu ter um tumor na coluna, aos 14 anos de idade, sua vida não foi mais a mesma. “Passei dois anos sendo cuidado por outras pessoas. Estava começando a aprender a andar novamente quando o Brasil foi tricampeão e o homem pisou na Lua”, comentou. Hoje, aos 56 anos, o personagem da nossa edição afirma que mesmo com dificuldades causadas ao andar pelo seu problema, um dos prazeres da sua vida é andar de bicicleta à beira mar.

O apaixonado por ciclismo gosta tanto desta atividade física, que participou do passeio ciclístico em comemoração ao dia do servidor público no ano passado. Segundo ele, a única coisa que poderia reclamar do passeio, foi o fato do trajeto ser muito curto. “Não sei se este ano participarei do passeio ciclísti-

co realizado pela Assalce (Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa), mas seria bom se o caminho fosse mais longo”, ressaltou.

Antes de chegar à Assembléia, Helder trabalhou no extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), em uma editora e numa construtora local. Há 18 anos na Casa, o servidor trabalhou como digitador na época da Constituinte de 1978. Com a conclusão do seu trabalho de digitador, ele retornou para sua residência e, três meses depois, foi convidado a retornar ao Legislativo. “Com a tecnologia atual está muito mais fácil de digitar um texto, mas na época em que cheguei à Assembléia trabalhávamos nas antigas máquinas de datilografar”, comentou. Atualmente, Helder trabalha no setor de Comunicação Social da AL revisando os textos do Clipping Legislativo, talento despertado, segundo ele, “pelo gosto apurado pela Música Popular Brasileira e leituras diversas”.

Dentre as histórias marcantes da sua vida, ele fala sobre o pagamento de uma promessa feita pelo seu avô. Foram 133 km a pé de Fortaleza até a cidade de Ca-

nindé, uma caminhada que teve a duração de três dias e que marcou sua vida. Quando perguntado sobre o que mudou em sua vida após o drama enfrentado na adolescência, ele é enfático: “continuo a mesma pessoa alegre, divertida. Nada em meu comportamento mudou, apenas o físico, pois perdi 15 cm de altura e uma vértebra. Acho que só aumentou minha disposição para fazer o bem e ajudar os outros. Se pensarmos positivamente, com vontade de seguir em frente e viver, as coisas acabam dando certo. Jamais deixei de sair, divertir e acreditar”.

Fiel companheiro

O grande companheiro de Helder, o fusquinha ano 67, era do diretor da Rodoviária São Tomé, de Fortaleza e está na família desde 1974. Inicialmente, o veículo era da sua mãe, que também trabalhava na Casa. Após sua aposentadoria ficou sendo usado pelo filho para se deslocar ao trabalho. O “amigo”, como ele mesmo o chama, nunca o deixou na mão. Já foram mais de 20 viagens à cidade de Canindé e o parceiro está sempre ao seu lado.



Crescêncio Marinho de Pinho
tem 70 anos e é aposentado

Tempo - Fora de Tempo

Do Monsenhor José Cândido de Queiroz, que me tornou cristão pela graça de Deus (numa tarde do dia de São José, a 19 de março de 1918), o povo fazia referência a muitos relatos interessantes envolvendo aquele sacerdote. Era ele um santo ministro da Igreja, incansável no cumprimento dos deveres de seu ministério, de fé inabalável nos postulados religiosos, caridoso o quanto possível a uma pessoa humana. Faleceu octogenário nos primeiros anos da década de 1940.

Exerceu o vicariato da diocese de Boa Viagem por cerca de dois decênios e dava assistência religiosa a comunidades que não tinham sacerdote. Monsenhor Tabosa (Telha, a meu tempo de menino), contava com a presença de Monsenhor José Cândido, que por lá ficava por meia semana todos os meses. Era pessoa que nunca perdia o bom humor, inteligente, orador sacro de muitos recursos.

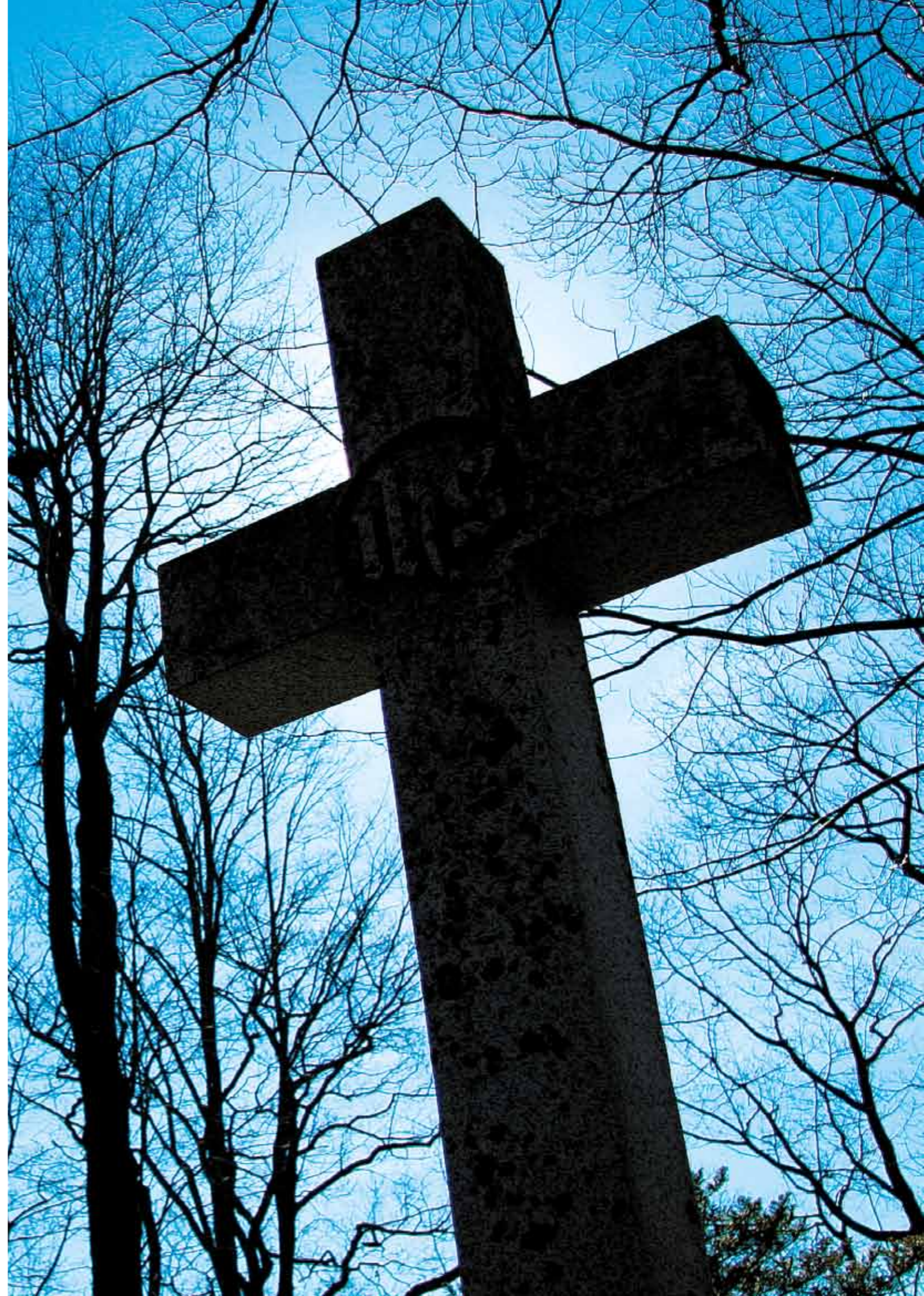
Cidade ainda pequena como Santa Quitéria, à época, e lugarejos de inexpressiva população permitiam que ele conhecesse quase todas os seus moradores e soubesse o nome da maioria deles.

E nas suas andanças, perambulando por anos seguidos os mesmos caminhos em lombo de equinos, fez amizade com todas as pessoas dos vários itinerários, a ponto de lhes saber o nome, atividade, o número de filhos, época do casamento e outros pormenores.

Dele contam que surpreendendo certa feita um matuto a fumar descuidadamente na sacristia da capela em que ia parlamentar-se para celebrar missa, indagou de onde ele era. Sou do Mundo Novo, disse o caipira, aludindo ao lugar de sua moradia. Logo vi, falou o vigário, pois gente deste nosso mundo velho nunca testemunhei fumando assim dentro da igreja.

Noutra ocasião, parou na cabana de caboclo para pedir água. Encontrando o dono da casa com robusto pimpolho no braço e como se lembrasse da época em que lhe fizera o casamento, indagou: Filho, aqui já é tempo de nascer menino? O camponês matreiramente respondeu: Padre, o menino é de tempo, o casamento é que foi fora de tempo.

Sabe-se que ele próprio relatava esses episódios, e, ao que diziam, em meio a gostosas gargalhadas.





O portal da Assembleia Legislativa apresenta em tempo real os debates dos parlamentares sobre temas do seu interesse. Também disponibiliza notícias e fotos para a imprensa, além de facilitar o acesso a todos os setores da Assembleia.



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará